Artigo recebido em agosto de 2023 e aceite para publicação em outubro de 2024

A PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NA EUTM MALI. CONTRIBUTOS PARA A AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO SAHEL

THE INVOLVEMENT OF THE PORTUGUESE ARMED FORCES IN EUTM MALI: IMPROVING PORTUGAL'S RECOGNITION IN THE SAHEL

Luís Miguel Rodrigues Gomes
Tenente-coronel, Comando, Infantaria
Mestre em Ciências Militares
Docente no Instituto Universitário Militar
gomes.lmr@ium.pt

Luís Manuel Brás Bernardino
Coronel (RES), Infantaria
Mestre em Estratégia
PhD em Relações Internacionais
Docente no Instituto Universitário Militar
Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa
lbernardino@autonoma.pt

Resumo

Neste estudo foi analisada a participação das Forças Armadas Portuguesas na Missão de Treino da União Europeia no Mali (EUTM Mali), tendo em vista identificar possíveis contributos para desenhar uma estratégia nacional para o Sahel. A investigação seguiu um método de raciocínio dedutivo, consubstanciado numa estratégia qualitativa e utilizou-se o estudo de caso como desenho de pesquisa, sustentado na pesquisa bibliográfica e documental, bem como em entrevistas semiestruturadas. Desta investigação constatou-se que a União Europeia está interessada em garantir a segurança na região do Sahel porque algumas das ameaças originárias desta região podem potencialmente colocar em perigo os seus Estados-membros. Com a deterioração da situação no norte do Mali, a Europa decidiu tornar-se mais ativa neste país através de missões no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa. Concluiu-se que a participação militar nacional na EUTM Mali, tem procurado contribuir para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pela União Europeia na região, mostrando que Portugal se empenha multilateralmente, demonstra ser um produtor de segurança regional e possuindo a credibilidade necessária para influenciar decisões na União Europeia relativamente a África, e mais concretamente ao Sahel.

Como citar este artigo: Gomes, L. M. R. & Bernardino, L. M. B., (2024). A Participação das Forças Armadas Portuguesas na EUTM Mali. Contributos para a Afirmação de Portugal no Sahel. *Revista de Ciências Militares*, novembro, *XII*(2), 95-134. Retirado de https://www.ium.pt/publist/1

Palavras-chave: Forças Armadas Portuguesas, Missão de Treino da União Europeia no Mali, Mali, Portugal, Sahel, União Europeia

Abstract

This study analysed the involvement of the Portuguese Armed Forces in the European Union Training Mission in Mali (EUTM-Mali) to identify proposals for a national strategy for the Sahel. The study used a deductive reasoning methodology, a qualitative strategy and a case study research design based on a literature review and semi-structured interviews. The findings showed that the European Union has an interest in the security of the Sahel region because some of the threats that come from this region pose a risk to the EU Member States. Due to the situation in northern Mali having escalated, Europe has decided to become more active in the country by conducting missions within the framework of the Common Security and Defence Policy. The study revealed that the involvement of the Portuguese military in EUTM-Mali has helped the European Union meet its international commitments in the region, showing that Portugal is committed multilaterally, that it is a producer of regional security and that it has the credibility to influence the European Union's decisions regarding Africa, and specifically the Sahel.

***Keywords*:** *Portuguese Armed Forces, European Union Training Mission in Mali, Mali, Portugal, Sahel, European Union*

"… The EU is facing growing calls to rethink its approach to the Sahel region. In her 2023 State of the Union address, European Commission President von der Leyen announced a revision of the EU's strategic presence in the region. However, there is no consensus among EU Member States on the future of the EU missions and partnerships in the Sahel. Foreign Affairs ministers discussed the topic during their meeting on 11 December 2023 but did not formally decide on a new strategy. The European External Action Service is tasked with preparing a paper outlining potential options for revising the Sahel strategy…"

20/01/2024 [1]

1. Introdução

Os países do Sahel, nomeadamente, Mauritânia, Mali, Níger, Burkina Faso e Chade enfrentam diversos desafios, incluindo insegurança crónica, extremismo crescente, falta de perspetivas económicas e acesso deficiente à educação, emprego e serviços essenciais, como água e eletricidade e onde as mudanças climáticas estão a enfraquecer ainda mais a região, sendo necessário uma resposta que leva em consideração os desafios de segurança, capaz de garantir o desenvolvimento duradouro e sustentável da região (Alliance Sahel, 2023).

A estabilidade nos países do Sahel e a capacidade dos seus governos em fornecer segurança e gerirem mudanças sociais interferem nos fluxos migratórios, no desenvolvimento económico e em preocupações sanitárias (Eizenga, 2019, p. 6). A União Europeia (UE) destinou

[1] https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-a-stronger-europe-in-the-world/file-eu-strategy-in-the-sahel

181,5 milhões de euros em 2023 para ajuda humanitária de emergência na região, abrangendo assistência médica, vacinação, alimentação, higiene e segurança. A instabilidade no Sahel coloca os Estados-membros da UE em risco, resultando em significativos investimentos para melhorar as condições de segurança na região (European Commission, 2023).

O Conselho da UE emitiu as conclusões sobre a Estratégia Integrada para o Sahel, realinhando as suas prioridades estratégicas. Os Estados-membros expressaram o desejo de fortalecer parcerias com o *G5 Sahel*[2] (G5S), os seus Estados-membros, instituições e populações locais, visando contribuir para a paz, estabilidade, democracia e desenvolvimento sustentável na região (Conselho da União Europeia, 2021). A instabilidade política persiste em todos os países do Sahel, com conflitos latentes no Mali, praticamente desde a sua independência em 1960. A crise no Mali agravou-se após a crise na Líbia em 2011, levando a UE a afirmar o seu papel como ator de segurança na região devido às novas ameaças à segurança global, especialmente com repercussão na segurança europeia (Ibrahim, 2019).

A violência continua a espalhar-se por todo o território do Sahel, coroada com os acontecimentos no Mali em maio de 2021, prejudicando parcerias frágeis e levando a UE, especialmente a França, de depender amplamente da estreita cooperação com o imprevisível Estado maliano e as autoridades militares do Sahel. A nova estratégia europeia para o Sahel[3], com foco na sociedade civil, reconhece as limitações das abordagens exclusivamente baseadas na segurança, procurando reintroduzir parcialmente uma abordagem de longo prazo centrada em valores, com ênfase em reformas de governança e responsabilidade (Freitag, 2021, pp. 5-6).

No contexto das missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) em África, destaca-se a EUTM[4] Mali, lançada em fevereiro de 2013 e atualmente no seu quinto mandato desde 2020. A missão visa treinar e aconselhar as Forças Armadas do Mali (FAMa), contribuindo para fortalecer a sua capacidade de defesa e proteção da população (MDN, 2022), procurando dar resposta às necessidades operacionais das FAMa e da *G5S Joint Force*[5] (G5S JF), bem como reforçar as condições para o controlo das FAMa por parte do poder político (civil) legítimo (Portaria n.º 301/2019, 2019).

A contribuição de Portugal para a EUTM-Mali, através das suas Forças Armadas (FFAA), iniciou-se na edificação dos alicerces da missão, desde o seu início, com um efetivo, na altura, de sete militares, num total de 132 militares até ao final de 2022. Para 2023 e 2024, a participação nacional na missão será previsivelmente de cinco militares a desempenharem funções no Estado-Maior da missão. Assim o tema proposto, permite refletir sobre os problemas securitários que o Sahel traz para o espaço europeu, as estratégias para mitigar e conter essas ameaças e garantir a estabilidade na região e analisar a participação das FFAA portuguesas na missão.

---

[2] *Group of Five for the Sahel*.
[3] https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/theme-a-stronger-europe-in-the-world/file-eu-strategy-in-the-sahel
[4] *European Union Training Mission*.
[5] A G5S JF, formada pelos cinco países que constituem a região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), foi criada em 2017 para responder à expansão dos grupos armados e à deterioração das condições de segurança da região - https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2020)652074

Esta investigação tem como objeto de estudo a EUTM-Mali, de forma a analisar a participação das FFAA Portuguesas na missão e identificar contributos exequíveis para a afirmação de Portugal no Sahel como produtor de segurança para responder à questão central: de que modo é que a participação das FFAA Portuguesas na missão EUTM Mali pode contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o Sahel?

2. Revisão da Literatura e Conceitos Estruturantes

2.1. Segurança

O conceito de segurança está em permanente transformação, é necessário, no campo da disciplina de Relações Internacionais, entender a evolução teórica do conceito, à luz da Escola de Copenhaga e dos Estudos de Segurança na linha da Teoria Construtivista.

A Escola de Copenhaga, fundada em 1985, propõe uma abordagem construtivista da segurança, ampliando o foco além do Estado e questões militares (Santos, 2019; Walt, 1991). Após a Guerra Fria, a segurança incluiu ameaças não-militares, como ambientais, energéticas e cibernéticas (Vieira, 2014). A teoria de securitização da Escola de Copenhaga oferece elementos importantes para entender a situação de segurança na região do Sahel. Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde destacam a importância do discurso na compreensão das ameaças (Oliveira, 2019). Vertentes como segurança cooperativa, coletiva e humana são as que comprometem Portugal a missões internacionais (Dias & Ferreira, 2021; Grupo de Reflexão Estratégica Independente, 2019, p. 86; Tomé, 2010). A segurança humanitária envolve a capacidade de resolver problemas relacionados com a paz, segurança da população, direitos humanos e dignidade. Este conceito mais abrangente conecta os conceitos de segurança, defesa e de desenvolvimento (Grupo de Reflexão Estratégica Independente, 2019, p. 86).

2.2. Defesa

O conceito de defesa refere-se a ações tendentes a proteger contra-ataques, garantindo a segurança (Saint-Pierre, 2011, p. 412). Além da defesa militar, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de Portugal (CEDN) de 2013 destaca a necessidade de mobilização de recursos económicos, políticos, tecnológicos, psicológicos, entre outros (Barroso, 2008; Instituto de Defesa Nacional, 2023). Assim, as questões de segurança e defesa assumem protagonismo significativo nas relações internacionais, abrangendo alianças militares e cooperação técnico-militar (Bernardino, 2019; Held et al., 1999).

2.3. Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é central nas agendas globais, especialmente quando associado a segurança e defesa (Amaro, 2003, p. 36). Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2004), a interconexão entre segurança e desenvolvimento é crucial, enfatizando que países subdesenvolvidos, ao alcançarem desenvolvimento, contribuem para um mundo mais seguro. A UE desempenha um papel vital nessa dinâmica, apoiando países parceiros

para construir sociedades estáveis (Ferreira, 2018, p. 7; Saraiva, 2019, p. 166). A relação segurança-desenvolvimento influencia as agendas globais, comprometendo Estados e FFAA, sendo a cooperação militar uma ferramenta fundamental, como evidenciado pela presença portuguesa em África (Bernardino, 2019, p. 104).

2.4. Cooperação

A "cooperação", conceptualmente entendida como a ação conjunta para alcançar objetivos comuns, evoluiu nas relações internacionais do realismo e idealismo para o construtivismo (Bernardino, 2012, p. 1; Sousa, 2005, p. 53). A cooperação internacional para segurança, exemplificada pela UE em África, é crucial para garantir segurança, defesa e promover o desenvolvimento. Portugal, com ligações históricas e culturais a África, enfatiza o multilateralismo na UE e a cooperação bilateral, especialmente com os PALOP[6] e em Timor-Leste (Presidência do Conselho de Ministros, 2014), e mantém relações bilaterais[7] com dois países do Sahel, a Mauritânia (acordo bilateral assinado em 2010) que integra o G5S, e a Argélia, cujo acordo mais recente foi assinado em 2016. O reforço da posição internacional de Portugal destaca a importância do multilateralismo e cooperação bilateral, especialmente no contexto de cooperação "bi-multilateral"[8] para segurança e desenvolvimento em África (Bernardino, 2019, p. 8; Ferreira et al., 2015, p. 67).

Atualmente, a natureza dos desafios de segurança que a Europa enfrenta, implica uma abordagem integrada de todos os Estados-membros, onde se torna necessário a existência de estratégias da UE para fazer face às ameaças atuais.

O conceito de "estratégia" abrange na sua conceção mais ampla um plano ou diretriz para lidar com uma situação (Mintzberg, 1987), envolvendo o uso de poder político, económico e militar para alcançar objetivos nacionais (Couto, 2020, p. 216; Yarger, 2006, p. 1). No contexto do Sahel, a UE adota uma abordagem abrangente para segurança e desenvolvimento, considerando a região como um teste para a sua nova estratégia em relação a África (Venturi, 2017, pp. 2-3). A VI Cimeira UE-União Africana[9] (UA) destaca um investimento de 150 mil milhões de euros para promover economias sustentáveis e resilientes em África, visando a solidariedade, segurança e desenvolvimento (Conselho Europeu, 2022a). A estratégia da UE para o Sahel é vista como um laboratório experimental para a implementação da "*comprehensive approach*" europeia, respondendo a desafios complexos na região (Lucia, 2017).

Em relação a Portugal, é sugerido incorporar as temáticas de paz e desenvolvimento sustentável no CEDN e na Política Externa (PE) para África, com destaque para o papel central

---

[6] Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
[7] No que concerne a África, Portugal mantém relações bilaterais com 11 países - https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb
[8] Conceito definido em 2005, com o propósito de "potenciar a cooperação bilateral, colocando-a em parceria com esforços multilaterais, e de, ao mesmo tempo, assegurar que os esforços no âmbito bilateral sejam dirigidos de forma coordenada no sentido de convergência com as intervenções de outros parceiros." (Presidência do Conselho de Ministros, 2005).
[9] Realizada em Bruxelas, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2022, foi copresidida por Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, e Macky Sall, presidente do Senegal e presidente da UA - https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2022/02/17-18/

das FFAA na relação com os PALOP e na vertente multilateral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Bernardino, 2019, p. 119).

2.5. Instrumento militar

O instrumento militar, representado pelas FFAA, é um recurso tangível e mensurável que desempenha um papel crucial nas relações internacionais, sendo utilizado para prosseguir os objetivos nacionais (Cortinhas, 2021; Gonçalves, 2016). Nas últimas décadas, as FFAA portuguesas têm sido empregues como ferramenta de PE em diversos contextos, como na Ásia, África e Europa (Bernardino, 2019, p. 112), contribuindo para a defesa nacional, proteção dos interesses nacionais e participação em missões internacionais da ONU, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e UE. Com um efetivo de 27.250 militares em 2022 (The International Institute for Strategic Studies, 2022), as missões internacionais visam consolidar parcerias estratégicas e fortalecer arquiteturas de segurança em diferentes regiões, com ênfase no continente africano (Bernardino, 2019, p. 112; Instituto de Defesa Nacional, 2023, p. 7). Um exemplo é a presença das FFAA portuguesas no Mali desde 2013, no âmbito da UE e da ONU, onde a crise é considerada uma ameaça à segurança europeia, destacando a necessidade de identificar desafios securitários e *stakeholders* no Mali e no Sahel em geral.

3. Metodologia e Método

O estudo de caso foi delimitado temporalmente entre 2013, ano em que se iniciou a participação militar portuguesa nesta missão e o final de 2022. Em termos de espaço, restringiu-se o estudo, geograficamente, ao território do Mali. Quanto ao conteúdo, focou-se o estudo na participação portuguesa na EUTM Mali, essencialmente com o enfoque no domínio militar (operacional).

Por forma a cumprir com o OG da investigação, identificaram-se três objetivos específicos (OE) concorrentes e distintos entre si e foram colocadas as correspondentes questões derivadas (QD), como se sumariza no quadro que se segue:

Tabela 1 – Modelo de Análise

Objetivo Geral	Analisar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista dar possíveis contributos para uma estratégia nacional para o Sahel.				
Objetivos Específicos	**Questão Central**	De que modo é que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali contribui para a estratégia nacional para o Sahel?			
	Questões Derivadas	**Conceitos**	**Dimensões**	**Indicadores**	**Técnica de recolha de dados**
OE 1 Identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais stakeholders presentes no Mali	**QD 1** Quais os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais stakeholders presentes no Mali?	Segurança Defesa Desenvolvimento Cooperação Estratégia Instrumento militar	Securitária e Desenvolvimento Militar	Terrorismo Tráfico de Droga Migrações clandestinas e tráfico humano Presença de companhias militares privadas *Stakeholders*	Análise documental Entrevistas
OE 2 Analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel	**QD 2** Qual a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel?			Estratégias Acordos bilaterais Acordos multilaterais Participações em missões e operações militares	
OE 3 Interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali	**QD 3** Como se interpreta a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali?			Mandatos Estrutura e organização Efetivos de militares portugueses Cargos desempenhados	

Aceitaram participar na investigação desenvolvida sete Oficiais das FFAA Portuguesas cuja identidade consta no Quadro 2 (entrevistas[10]).

Tabela 2 – Identificação dos entrevistados

Cargo	Titular
Comandante das Forças terrestres	Tenente-general António Martins Pereira
Deputy Director/Chief of Staff do Millitary Planning and Condusct Capability (MPCC) no *European Union Military Staff* (EUMS)	Tenente-general Hermínio Teodoro Maio
EUTM Mali Mission Force Commander e Senior National Representative no TO (dezembro de 2019 a junho de 2020)	Major-general João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro

[10] A transcrição integral das entrevistas encontra-se em https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/48101

[Cont.]

EUTM Mali Deputy Mission Force Commander e Senior National Representative no TO (abril a outubro de 2018)	Brigadeiro-general João António Manuel de Almeida Domingues Varregoso
ATF J3 Staff Officer e Senior National Representative no TO (abril a outubro de 2014)	Capitão-de-fragata FZ José Eduardo Pinto Conde
MFHQ Information Operations (InfoOps) Staff Officer e Senior National Representative no TO (junho a dezembro de 2015)	Tenente-coronel de Cavalaria Fernando Luís Ferreira da Silva
MFHQ J6 Chief e Senior National Representative no TO (agosto de 2021 a fevereiro de 2022)	Tenente-coronel de Transmissões Gustavo Ferreira Gapo

Os dados foram recolhidos através da análise bibliográfica e documental, legislação nacional e internacional, bem como em conceitos estratégicos. Adicionalmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a entidades de referência que desempenharam funções no comando das Forças Terrestres, na Capacidade Militar de Planeamento e Condução da UE, no comando da EUTM Mali ou como *Senior National Representative* (SNR) no Teatro de Operações (TO) do Mali.

O estudo dos dados realizou-se através de uma análise de conteúdo, recorrendo a uma metodologia de análise de entrevistas, transcreveram-se as mesmas, procedeu-se à sua leitura, construíram-se sinopses e executou-se a sua análise descritiva e interpretativa (Guerra, 2014, pp. 68-86), procurando confirmar os indicadores relativos às QD (Tabela 1).

4. Análise e Discussão dos Resultados

No presente capítulo apresentam-se os principais desafios securitários para a UE provenientes do Sahel e mais propriamente no Mali, bem como os principais atores presentes neste país.

4.1. Desafios securitários para a Europa provenientes do Mali

"Europe is in danger, as I have said this many times.
We live in an era of strategic competition and complex security threats."

Josep Borrell, (European Union Military Committee [EUMC], 2023)

A Europa tem enfrentado, nos últimos anos, vários desafios securitários com origem em África, sendo o Sahel uma área dinâmica e de grandes dimensões. Esta região tem estado recentemente no centro das atenções globais devido ao terrorismo, tráfico humano, tráfico de drogas e à presença de grupos armados, derivando potenciais consequências prejudiciais para a segurança na Europa (Dewal, 2021; Helly & Galeazzi, 2015; Rouppert, 2011).

Segundo a corrente construtivista da Escola de Copenhaga, as ameaças na região do Sahel estão ligadas a dinâmicas socioeconómicas e políticas locais, especialmente em Estados frágeis. A securitização da região tem falhado em conter essas ameaças, pois o discurso dos

líderes políticos sobre segurança não é legitimado pelas populações e grupos insurgentes presentes na área (Cardoso, 2020).

Olhando para a situação securitária na região do Sahel, a UE aposta no fortalecimento da coordenação com o nível político e um maior envolvimento com todas as organizações, mantendo a cooperação de segurança na região, por forma a conseguir normalizar a paz na região e assim conter a propagação de riscos e ameaças para o espaço europeu.

De acordo com alguns dos entrevistados, os principais desafios securitários para a Europa provenientes do Sahel incluem o terrorismo, tráfico de drogas, tráfico humano e migrações (H. Maio, entrevista por *Zoom*, 11 de março de 2022). O crime organizado na região pode utilizar os movimentos migratórios para introduzir tráfico de drogas pelo sul do território europeu (J. Varregoso, entrevista por *email*, 12 de março de 2022). Além disso, há preocupações com vagas de refugiados e migrantes no Mediterrâneo e na Europa, bem como perturbação das comunidades europeias migrantes nos países saheliano (A. Pereira, entrevista por *email*, 03 de abril de 2022). A vulnerabilidade e instabilidade na região criam condições propícias para o surgimento e crescimento de organizações terroristas, locais ou afiliadas a grupos globais, como o Estado Islâmico e a *Al-Qaeda* (J. Ribeiro, entrevista por *email*, 20 de março de 2022).

A coligação das principais organizações terroristas a atuar no Mali, foi criada em março de 2017[11] com o nome de *Jama´at Nasr al-Islam wal Muslim*[12] (JNIM), sendo constituída pelos grupos terroristas: *Ansar Dine; AQIM; Katibat Macina;* e *Al-Mourabitoun*, estando estes grupos a atuar praticamente em todo o território maliano, tornando-se a maior força jihadista no Sahel Central (International Crisis Group, 2021).

O Mali e outros países do Sahel enfrentam riscos como tráfico ilícito, instabilidade por revoltas Tuaregues, terrorismo jihadista e crises humanitárias. Essa instabilidade pode gerar migração forçada, tráfico humano, terrorismo e aumento do tráfico de drogas e armas, afetando a UE. Especialistas recomendam que a UE adote uma abordagem integrada para alinhar suas estratégias políticas, de segurança e desenvolvimento no Mali.

4.2. Principais *stakeholders* presentes no Mali

O universo de entrevistados refere a ONU através da MINUSMA[13], como um dos principais atores presente na região. Esta organização é reconhecida como a maior missão multidimensional atual (A. Pereira, *op. cit.*), procurando a estabilidade no Mali (H. Maio, *op. cit.*). A sua presença significativa e operações no território visam neutralizar ações de grupos armados, fornecendo apoio à população e ao governo maliano (J. Conde, entrevista por *email*, 21 de março de 2022).

---

[11] Estes grupos terroristas, unidos pela fidelidade à rede Al-Qaeda, distinguem-se de outros militantes que juraram fidelidade ao Estado Islâmico no Iraque e na Síria - https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/306-mali-enabling-dialogue-jihadist-coalition-jnim

[12] O primeiro ataque do JNIM foi a 05 de março de 2017, a uma base militar na região centro do Mali, provocando a morte a 11 soldados malianos - https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/jamaat-nusrat-al-islam-wal-muslimeen#highlight_text_8222

[13] *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.*

A missão da ONU no Mali, estabelecida pela resolução 2100[14] do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em abril de 2013, tem como objetivo apoiar o processo político e manter a segurança no país. A operação começou em julho de 2013 com 6.000 capacetes azuis, aumentando para 12.600 após a transferência da Missão Internacional de Apoio ao Mali (AFISMA[15]). Portugal contribuiu com dois militares em 2014, aumentando a participação com uma aeronave C-130 e até 63 militares[16] (Portaria n.º 679/2014, 2014b), entre 2014 e 2020. Em 2022, a missão incluía 12.261 militares (dois militares portugueses[17]), 1.718 polícias e 1.180 civis (MINUSMA, 2022), focando-se nos "Acordos de Argel" de 2015 e na proteção da população (J. Ribeiro, *op. cit.*).

A UE introduziu em 2011 a Estratégia para a Segurança e Desenvolvimento do Sahel (ESDS), inicialmente centrada na relação entre desenvolvimento e segurança. A estratégia resultou no Plano de Ação Regional 2015-2020[18], ainda em vigor, que reforça o compromisso contínuo da UE no Sahel. A PCSD proporciona à UE capacidade operacional para missões militares e civis fora da Europa (European External Action Service [EEAS], 2022a), contribuindo para a segurança global, prevenção de conflitos e proteção dos seus cidadãos (EEAS, 2022a).

A UE desempenha um papel crucial na segurança regional do Sahel por meio de três missões da PCSD[19]: *European Union Capacity Building Mission* (EUCAP) Sahel Níger (desde 2012), EUTM Mali (desde 2013) e EUCAP Sahel Mali (desde 2014). Relativamente ao Mali, a UE tem contribuído substancialmente para apoiar as autoridades malianas a garantir a paz e a estabilidade, a governação e o desenvolvimento sustentável do país.

A EUTM Mali, criada em 2013 após a ofensiva jihadista e a operação militar francesa "*Serval*[20]", é uma missão não executiva de treino e mentoria para reconstruir o Exército maliano. O objetivo é fortalecer as Forças Armadas do Mali (FAMa) para promover a estabilidade e restaurar a autoridade do Estado (Tull, 2020, p. 4). A missão opera em quatro áreas: treino, educação/mentoria, aconselhamento estratégico e apoio à à G5S JF. Em 2022, contava com cerca de 700 militares de 25 países (22 Estados-membros da UE e três Estados-não membros[21]) (EUTM Mali, 2022), trabalhando em coordenação com a ONU e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

---

[14] https://minusma.unmissions.org/en

[15] A AFISMA (*African-led Internacional Support Mission in Mali*) foi uma missão militar organizada pela CEDEAO em apoio ao governo do Mali - https://www.peaceau.org/en/article/afisma-transfers-its-authority-to-minusma

[16] O destacamento português, composto por 63 militares, participou na missão entre 1 de julho e 31 de dezembro - https://www.emfa.pt/noticia-3017-forca-aerea-integra-minusma

[17] https://www.emgfa.pt/

[18] As conclusões do Plano foram apresentadas a 20 de abril de 2015 - https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/04/20/council-conclusions-sahel-regional-plan/

[19] Além das missões no Sahel, a UE participa em missões e operações em outros quatro países do continente africano, nomeadamente a República Centro-Africana (RCA), a Líbia, a Somália e mais recentemente em Moçambique - https://eeas.europa.eu/topics/military-and-civilian-missions-and-operations/430/military-and-civilian-missions-and-operations_en

[20] A pedido do Mali, a operação Serval foi iniciada com o aval do CSNU, para impedir o avanço de radicais islâmicos até Bamako, apoiados pelas FAMa e por contingentes do Chade e da Nigéria provenientes da AFISMA - https://www.arquus-defense.com/start-operation-serval

[21] Os Estado-membros que contribuem para a EUTM Mali são: Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia, onde a contribuição de Estados-não membros é feita pela Geórgia, Moldávia e Montenegro - https://eutmmali.eu/organization/

Apesar de menos de metade dos entrevistados considerar a UA um dos principais *stakeholders* presentes no Mali, esta organização demonstra ser relevante na paz e estabilidade do Sahel. No entanto, alguns entrevistados referem que a organização pode enfrentar limitações de recursos e demonstrar menos atividade devido a uma variedade de problemas (H. Maio, *op. cit.*). Por exemplo, destaca-se o interesse da UA em criar condições de segurança e estabilidade regional, utilizando recursos locais com algum apoio internacional (J. Ribeiro, *op. cit.*).

A UA[22], é uma organização internacional com 55 Estados-membros africanos, sediada em Adis Abeba, Etiópia, e oficializada em 2002 na África do Sul (Vela, 2019). Em 2014, a UA iniciou uma estratégia para o Sahel, implementada pela MISAHEL[23], visando alcançar paz e estabilidade na região em cooperação com outras estruturas da UA (African Union, 2014; Strydom, 2019; Union Africaine, 2018).

A CEDEAO[24], formada por 15 países da África Ocidental, foi criada em 1975 pelo Tratado de Lagos (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO], 2022). Em 2012, a CEDEAO ajudou o Mali a combater o jihadismo no norte do país, procurando apoio internacional e autorizando a AFISMA através da Resolução 2085 do CSNU (Alcalde, 2013, p. 2).

Entre 2020 e 2022, três golpes de Estado ocorreram na África Ocidental, afetando o Mali, a Guiné e o Burkina Faso. No Mali, as eleições legislativas provocaram manifestações populares, levando ao golpe de 20 de agosto de 2020, que depôs o Presidente Ibrahim Boubacar Keita e colocou uma Junta Militar no poder (Komenan, 2022, p. 74). Em 2022, a CEDEAO impôs sanções ao Mali após a Junta se recusar a realizar eleições e devolver o poder aos civis. Em julho de 2022, as sanções foram levantadas após a Junta Militar ter apresentado uma proposta para um período de transição do poder até março de 2024.

A CEDEAO desempenhou um papel crucial no processo de transição no Mali, com o apoio da UE, onde esta tem alinhando as suas posições com as da CEDEAO (H. Maio, *op. cit.*). Destaca-se a CEDEAO como uma organização regional com interesses semelhantes à UA na criação de condições de segurança e estabilidade regional, utilizando recursos locais com algum apoio internacional (J. Ribeiro, *op. cit.)*.

O G5S, procura resolver os problemas de segurança cooperando regionalmente, onde o foco atual está no combate aos grupos armados e grupos jihadistas que trazem problemas securitários para a região (Sandnes, 2021; Santos et al., 2018, p. 6; Tebas, 2017, p. 4). Para travar estas ameaças, criou em 2017 uma força militar conjunta designada "G5S JF", onde os países partilham informações e cooperam com os outros atores presentes na região, como a ONU, a UE ou a França.

---

[22] Territorialmente, a UA representa 30,3 milhões de Km², abrange todo o continente africano e tem por objetivos a unidade e solidariedade africana - https://www.infoescola.com/geografia/uniao-africana/

[23] *Mission de l'Union africaine pour le Mali et le Sahel*.

[24] A região da CEDEAO abrange uma área de 5,2 milhões de Km2. Os Estados-Membros são, o Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. O objetivo da organização é promover a cooperação e a integração, conduzindo à criação de uma união económica na África Ocidental, a fim de elevar os padrões de vida dos seus povos e de manter e reforçar a estabilidade económica, fomentar as relações entre os Estados-membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano - https://ecowas.int/?lang=pt-pt

O G5S e a sua força conjunta foram estabelecidas com o objetivo específico de abordar os desafios locais no Sahel. Contudo, enfrentam grandes dificuldades, sendo a sua eficácia fortemente influenciada pelas contribuições militares locais e pelo apoio logístico internacional. Essa situação pode-se tornar mais complicada devido às atuais relações entre o Mali e a França (J. Ribeiro, *op. cit.*).

O Mali anunciou a decisão de sair do G5S e da Força Militar Conjunta a 15 de maio de 2022 (tendo entretanto em 2023 já saído), com o pretexto de um Estado-membro se opor à presidência da organização por parte de Bamako, alegando a frágil situação política interna que o Mali atravessa, mas também à influência da França que pretende isolar o Mali, o que originou a condenação por parte da ONU, referindo que a retirada terá impacto na estabilidade e segurança do Sahel (Deutsche Welle, 2022; Reuters, 2022; Strategic Survey, 2022, p. 328). Tal como o Mali, também o Níger e o Burkina Faso decidiram retirar-se do G5S e da G5S JF em 2023[25], sendo uma incógnita o futuro panorama securitário da região.

Do universo de entrevistados, a maioria refere a França como um dos principais *stakeholders* presentes no Mali. Um misto de divergências culturais, má gestão pública, terrorismo e corrupção destabilizaram o território maliano, levando a França a intervir, planeando e executando uma operação de grande envergadura denominada "Operação *Serval*" (Machado, 2017, p. 95).

A França justificou a Operação *Serval* para combater a atividade criminosa na África Ocidental, citando preocupações com a segurança europeia (Almeida, 2014, p. 7). Outros autores sugerem que a ação reflete a PE francesa para aumentar influência na Europa e garantir acesso a recursos (Baig, 2013; Machado, 2017). Com ataques intensificados em 2014, a França substituiu a Operação *Serval* pela Barkhane, adaptando a estratégia para reforçar a segurança no Mali e no Sahel (Charbonneau, 2017). A França, por meio da Operação *Barkhane*, concentrou os seus esforços na contenção e diminuição da ameaça terrorista, procurando também apoiar os governos do Mali na estabilização e estruturação da governança do país (A. Pereira, *op. cit.*).

Em 10 de junho de 2021, o presidente francês Emmanuel Macron anunciou o fim da Operação militar *Barkhane*, substituída por uma coligação liderada pela França. Esta, aprovada na Cimeira de Pau em 13 de janeiro de 2020, envolve países do G5S e consiste na Força-Tarefa[26] para o Sahel[27] (Portaria n.º 182/2021, 2021), com missão de aconselhar as FAMa na luta contra o terrorismo (*North Atlantic Treaty Organization* [NATO], 2021). Durante a VI Cimeira UE-UA, o presidente francês anunciou a retirada das tropas francesas do Mali,

---

[25] Mais recentemente, a 16 de setembro de 2023, as Juntas Militares do Mali, Burkina Faso e Níger assinaram um acordo em Bamako (designada por "carta Liptako-Gourma") com vista á formação de uma aliança de defesa designada a "Aliança dos Estados do Sahel" (AES), com o intuito de coordenar esforços para garantir segurança coletiva e assistência mútua (Radio France Internationale [RFI], 2023; Panapress, 2024).

[26] *Task Force Takuba*.

[27] A pedido da França, a *NATO Support and Procurement Agency* (NSPA) comprometeu-se a efetuar o apoio logístico às operações da *Task Force Takuba*, sendo a primeira vez que esta Agência presta apoio a uma coligação não pertencente á Aliança- https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_185374.htm?selectedLocale=en

levando a manifestações de apoio à Junta Militar. O governo militar pretende substituir as tropas francesas por *Private Military Companies* (PMC) russas, como o *Wagner Group* (WG) (Silva & Vieira, 2022).

Nos últimos 20 anos, a Rússia tem adotado uma política expansionista para reconstruir a influência da antiga União Soviética (Benaso, 2021, p. 5). No Sahel, os países veem a Rússia como uma alternativa às condições chinesas e desafios na manutenção da ordem (Herráez, 2019, p. 218). A Rússia procura apoio político, económico através da venda de armas e recursos, e tem um papel militar no contexto da "*global power competition*" (J. Ribeiro, *op. cit.*). A Rússia procura influenciar o Sahel com interesses políticos, económicos e militares, utilizando o WG para oferecer segurança em troca de concessões (Arnold, 2019, p. 53). Apesar da Guerra na Ucrânia, países africanos hesitam em apoiar o Ocidente devido à dependência de equipamentos e regimes autocráticos (Kohnert, 2022, p. 15). A presença russa no Mali levou a críticas por violações de Direitos Humanos (Thompson et al., 2022), alertando o Ocidente para os riscos e a necessidade de fortalecer parcerias diplomáticas e apoiar a sociedade civil local (Latorre, 2022).

Desde 2013, a Alemanha tem sido ativa na resolução do conflito no Mali, participando na EUTM Mali e na MINUSMA. Contribuiu com 494 milhões de euros e 1.100 militares até 2021, e juntou-se à Aliança do Sahel[28] em 2017 (Federal Foreign Office, 2021; Federal Foreign Office, 2022; Mirzekhanov & Trunov, 2021, p. 225). Após a chegada do WG ao Mali, a Alemanha suspendeu sua participação na EUTM e retirou-se (Gridneff, 2022). Com a retirada francesa da operação *Barkhane*, a Alemanha estendeu a sua presença na MINUSMA até maio de 2024 e propôs uma prorrogação ao *Bundestag*[29] para combater a violência no Sahel e mitigar impactos humanitários e de segurança (Krippahl, 2022). O compromisso alemão passa pelo reforço e redefinição da sua ajuda ao desenvolvimento e pela cooperação mais sistemática e coordenada com a França, ainda mais necessária numa conjuntura internacional conturbada (Antil & Maurice, 2022; Federal Foreign Office, 2021).

Desde 1976, a China procurou modernização e poder económico global. Tornou-se um importante ator em África, com exportações superando a Alemanha em 2010. A necessidade de recursos levou à criação de uma frota pesqueira global, incluindo operações nas costas africanas (Herráez, 2019, p. 195). A China emergiu como ator económico, político e de segurança no continente, impulsionada pela política "*Going Out*[30]" desde 2001 e pela *Belt and Road Initiative* (BRI) desde 2013 (European Parliament, 2029; Herráez, 2019; Nantulya, 2019). Os interesses de Pequim na região do Mali refletem os mesmos objetivos que a China procura em todo o continente africano, resultantes do estabelecimento da BRI (J. Ribeiro, *op. cit.*).

---

[28] Esta Aliança pretende ajudar os países do Sahel a restaurar as bases de sociedades estáveis, de forma a criar um desenvolvimento sustentável na região através do apoio e financiamento a mais de um milhar de projetos - https://www.alliance-sahel.org/en/

[29] Parlamento da República Federal da Alemanha.

[30] A política "*Going Out*" foi promovida em 1999 por Jiang Zemin, centrada na internacionalização da economia chinesa, traduzida pela transição da República Popular da China de país recetor para país promotor de investimento direto estrangeiro - https://www.diplomaticourier.com/posts/china-s-going-out-strategy

As relações com o Mali abrangem diversas áreas, incluindo política, socio-cultural, económica (sendo o quarto maior importador) e segurança. O envolvimento chinês no Mali é motivado pelo papel na MINUSMA, pela complexidade do conflito no Sahel e pelo acesso ao mercado para empresas estatais chinesas na reconstrução pós-conflito (Benabdallah & Large, 2020; Devermount, 2020; Lanteigne, 2019).

4.3. Estratégia da União Europeia para o Sahel

A Estratégia Global da União Europeia (EGUE[31]) substitui a Estratégia Europeia de Segurança (EES), abordando desafios como instabilidade, terrorismo, alterações climáticas, migração ilegal e cibercrime (Jain & Pandey, 2019; Marcinkowska, 2020; Nunes, 2021), procurando fortalecer a capacidade da UE em crises, destacando a importância do espaço europeu e do multilateralismo (Mogherini, 2019; Reis, 2018; Tocci, 2017).

Em paralelo, a PCSD é fundamental na gestão de crises (Silva, 2021) e é reforçada pela EGUE. A PCSD inclui missões civis e militares com cinco prioridades, como resposta a conflitos e proteção da UE e seus cidadãos (Baltazar, 2021, p. 86; Vieira et al., 2021, p. 119). Aproximadamente 4.000 militares e civis da UE participam dessas missões em três continentes (EEAS, 2023). Josep Borrell[32], Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, destaca que essas missões são cruciais para a segurança europeia e global, demonstrando a eficácia da ação da UE.

4.3.1. A Bússola Estratégica

A BE surge em junho de 2020 como iniciativa dos Estados-membros, sendo um projeto que se desenvolveu em quatro Presidências do Conselho Europeu[33], e foi aprovada pelo mesmo em março de 2022.

A BE orienta a PCSD da UE, definindo as principais ameaças e desafios para a Europa a curto e médio prazo. Com uma visão para os próximos cinco a dez anos, a BE estabelece uma direção clara para a segurança e defesa da UE. O processo de avaliação de ameaças[34], realizado em novembro de 2020, envolveu os serviços de Informações dos Estados-membros e do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), onde a identificação de ameaças deverá ter contemplado contingências e cenários possíveis (Baltazar, 2021, p. 69).

Esta iniciativa baseia-se em quatro pilares: formar parcerias para enfrentar ameaças comuns, agir rapidamente em crises, investir em capacidades e tecnologias, e garantir a segurança dos cidadãos da UE. A estratégia aborda rivalidades económicas, concorrência geopolítica, desenvolvimento tecnológico, desinformação, crise climática e instabilidade regional e global (Conselho Europeu, 2022b). A UE aplica essas diretrizes também na região

---

[31] A EGUE tem o nível de ambição de dar resposta aos conflitos e crises externos, desenvolver as capacidades dos parceiros e proteger a UE e os seus cidadãos - https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_global_strategy_2019.pdf

[32] No início de 2023, a PCSD engloba nove missões/operações militares e 12 missões civis-https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EU-mission-and-operation_2022.pdf

[33] Alemanha, Portugal, Eslovénia e França.

[34] Documento classificado.

do Sahel, complementando as estratégias existentes em África, como o Acordo de Cotonu[35] e a Estratégia Conjunta África-UE.

4.3.2. Estratégia da União Europeia para o Sahel

A estratégia de parcerias para enfrentar ameaças comuns é um pilar fundamental da BE da UE. Esta abordagem tem sido empregada nas relações entre a UE e África desde 1957, com destaque para a I Cimeira UE-África em 2000 (Ferreira & Oliveira, 2021, p. 1). Na VI Cimeira UE-África, realizada em 2022, os líderes europeus e africanos reforçaram a parceria, destacando objetivos comuns de solidariedade, segurança, paz, desenvolvimento e prosperidade económica sustentável (Conselho Europeu, 2022a).

Além das cimeiras, a UE adotou três estratégias regionais para África, incluindo a Estratégia para o Sahel[36]. Originalmente apresentada em 2011 e revista em 2014, foi seguida pelo Plano de Ação Regional para o Sahel[37] (2015-2020), que inclui missões civis e militares como a EUTM Mali (Cruz, 2021; Pichon, 2020). Em 2021, a UE lançou a nova Estratégia Integrada para o Sahel[38], em resposta à instabilidade política na região. Esta estratégia foca-se em governação, direitos humanos, segurança, desenvolvimento económico e social, combate à corrupção e alterações climáticas, com o objetivo de promover a democracia, paz e desenvolvimento sustentável (Alcojor, 2022; Conselho da União Europeia, 2021; European Parliament, 2021a; Freitag, 2021).

Relativamente à estratégia da UE para o Sahel, a maioria dos entrevistados considera que a mesma se caracteriza principalmente pelo contributo dado para o desenvolvimento e segurança na região. A conceção da estratégia atual é teoricamente correta, especialmente na perspetiva da sua abrangência, ao combinar diferentes vetores para estabelecer uma conexão entre segurança e desenvolvimento (J. Ribeiro, *op. cit.*). Por outro lado, a estratégia da Europa para o Mali e para a região do Sahel visa apoiar o desenvolvimento do Estado e as suas instituições, incluindo as Forças de Segurança e FFAA, para criar condições que permitam a garantia da autoridade estatal e a segurança das populações (J. Varregoso, *op. cit.)*.

Relativamente às lacunas da estratégia, metade do universo de entrevistados, considera a difícil compreensão e aceitação local. A estratégia é caracterizada como complexa, com uma série de instrumentos e uma multiplicação de iniciativas que fazem sentido do ponto de vista

---

[35] O acordo de Cotonu foi adotado em 2000 estabelecendo o quadro geral para as relações da UE com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico. O novo acordo pós-Cotonu constituirá o novo quadro jurídico e orientará as relações políticas, económicas e de cooperação entre a UE e 79 membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (OEACP) ao longo dos próximos vinte anos - https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cotonou-agreement/

[36] Esta estratégia realça a importância de uma parceria sólida e a longo prazo entre a UE e o Sahel, bem como do reforço dessa parceria através de uma estratégia ambiciosa que estabeleça o quadro para as políticas e ações europeias na região - https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/04/19/sahel-council-approves-conclusions-on-the-eu-s-integrated-strategy-in-the-region/

[37] O Plano reafirma o continuo envolvimento da UE na região do Sahel e o seu apoio a condições sustentáveis e inclusivas de desenvolvimento político e socioeconómico, ao reforço dos direitos humanos, da governação democrática, do Estado de direito e da resiliência, em resposta à crise multifacetada do Sahel - https://www.consilium.europa.eu/media/21522/st07823-en15.pdf

[38] As conclusões do Conselho da UE sobre esta nova estratégia foram aprovadas por procedimento escrito em 16 de abril de 2021- https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-7723-2021-INIT/pt/pdf

europeu. No entanto, destaca-se que essa estratégia só terá sucesso se os Estados do Sahel, e o próprio Sahel, compreenderem a estratégia e se envolverem na sua aplicação. A estratégia não está a produzir os resultados desejados, destacando-se o papel de alguns Estados na formulação das estratégias da UE, como a França, cuja decisão de retirar as missões *Takuba* e *Barkhane* criou uma lacuna essencial (H. Maio, *op. cit.*). O desafio reside principalmente no modelo mais europeu do que africano, o qual pode enfrentar dificuldades de implementação e aceitação a médio e a longo prazo a nível local (J. Ribeiro, *op. cit.*).

4.4. Estratégia Nacional para o Sahel

4.4.1. Posicionamento geopolítico e geoestratégico de Portugal

Augusto Santos Silva, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, concebe a PE de Portugal como um hexágono, superando a tradicional visão quadrada. Destaca duas orientações principais: internacionalização (economia, língua, cultura e tecnologia) e multilateralismo (adesão à Carta da ONU e participação em organizações multilaterais). A PE portuguesa é estável, ponderada e complexa, alinhada com a UE e a OTAN, mas com autonomia própria. O mesmo autor usa quatro círculos concêntricos para representar o posicionamento geopolítico de Portugal, abrangendo a UE, OTAN, CPLP, e várias regiões como África, América Latina, Ásia, e o mundo árabe. Portugal considera estratégico o arco do Magrebe até à Ásia Central, visando a segurança do flanco sul da UE e promovendo a estabilidade e coordenação em torno do espaço europeu (Pereira, 2018, p. 276).

Para a quase totalidade dos entrevistados, os interesses nacionais na região do Sahel estão alinhados com os interesses europeus. Portugal segue a posição de um Estado-membro da UE, partilhando a maioria dos interesses europeus e prestando especial atenção à ameaça terrorista no Golfo da Guiné e à sua possível expansão para sul (A. Pereira, *op. cit)*. Os interesses nacionais estão alinhados com os interesses europeus, com ênfase particular na estabilização do Sahel para evitar a exportação da instabilidade para países vizinhos (H. Maio, *op. cit*; L. Silva, entrevista por email, 28 de março de 2022; G. Gapo, entrevista por *email*, 4 de maio de 2022).

Os Estados europeus, incluindo Portugal, seguem uma perspetiva de interesses alinhada com a UE, especialmente na região africana do Sahel, que difere das características da África lusófona e das relações históricas e culturais mais evidentes (J. Ribeiro, *op. cit*).

4.4.2. Bilateralismo, Multilateralismo e Bi-multilateralismo

Portugal procura fortalecer as suas relações bilaterais, especialmente com os países de língua portuguesa, tanto politicamente quanto economicamente. A cooperação concentra-se nos PALOP, Timor-Leste e, em termos do G5S, na Mauritânia (acordo bilateral assinado em 2010). Embaixadores não residentes em Dakar (Senegal) e Abuja (Nigéria) representam Portugal em outros países da região (Calmeiro, 2021, p. 29; Moita et al., 2019, p. 198; Presidência do Conselho de Ministros, 2014; Teixeira, 2010, p. 59).

As relações bilaterais de Portugal com o Mali são as de um Estado europeu envolvido numa missão não executiva da UE, não possuindo, por enquanto, outras relações bilaterais em matéria de defesa. O pessoal destacado segue o estatuto acordado entre a UE e o Mali, enquanto o restante das relações ocorre de maneira normal com países não vinculados por tratados comuns além da Carta das Nações Unidas (A. Pereira, *op.cit.*). Dada a instabilidade do Mali, é desafiador estabelecer relações bilaterais consistentes, não apenas no domínio da defesa, mas também em áreas políticas, diplomáticas e económicas, que são fundamentais para as relações entre Estados (H. Maio, *op.cit.*).

Portugal destaca a importância do multilateralismo na sua política externa, atuando ativamente em organizações internacionais, especialmente na UE e na ONU. O enfoque na cooperação multilateral, com destaque para o continente africano e países menos desenvolvidos, é uma constante na estratégia de cooperação portuguesa. O país procura promover a presença africana na agenda internacional, sendo o Sahel considerado uma região estratégica devido aos desafios de segurança e ao papel regional (Ferreira et al., 2015, p. 42; Pereira, 2018).

A maioria dos entrevistados considera que o multilateralismo predomina nas nossas relações, onde em relação ao Sahel e particularmente ao Mali, as relações e interesses de Portugal e da UE em relação ao Mali não apresentam diferenças significativas. Apesar de Portugal não ter uma representação diplomática direta no Mali, mantém uma representação diplomática para o Sahel[39] sediada em Portugal, que frequentemente se desloca à região. Além disso, Portugal participa ativamente na representação diplomática da UE no Mali, envolvendo-se em todas as missões europeias, não se limitando apenas às que operam naquele país (J. Ribeiro, *op. cit.*). E são nestas missões militares que a investigação se irá centrar com a aplicação do instrumento militar como peça fulcral da cooperação multilateral, onde Portugal, com as suas FFAA, integra missões de Organizações Internacionais, mais especificamente da ONU e da UE, apesar de existir também na cooperação bilateral, projetos de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com todos os PALOP.

A crise atual e complexa no Sahel, envolvendo diversos atores regionais e internacionais, sugere a adoção de uma abordagem dinâmica, combinando relações bilaterais e multilaterais numa linha de cooperação bi-multilateral. A estratégia, definida na "Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa[40]", destaca a necessidade de potencializar a cooperação bilateral em parceria com esforços multilaterais, visando a convergência com intervenções de outros parceiros.

---

[39] Atualmente (2024), o Embaixador José Moreira da Cunha é o enviado especial de Portugal ao Sahel, sendo responsável por acompanhar a situação político-militar na região - https://observatoriodomundoislamico.pt/embaixador-jose-moreira-da-cunha-e-do-interesse-de-todos-que-se-verifique-quanto-antes-uma-aproximacao-entre-washington-e-teerao/

[40] Este documento ilustra a visão do Governo sobre a política de Cooperação e representa um mecanismo de diálogo credível junto dos diferentes atores nacionais e internacionais - https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf

Essa abordagem inovadora, especialmente na segurança e defesa, propõe a complementaridade e partilha de responsabilidades entre Estados e organizações regionais, "[…] representando um paradigma de mudança para a cooperação militar em África, que Portugal deve saber capitalizar no quadro da sua política externa." (Bernardino, 2019, p. 644)

4.4.3. A aplicação do Instrumento Militar

A aplicação do instrumento militar na PE portuguesa ganhou importância desde os anos 1990, com FFAA a participar em missões da OTAN, ONU, UE e CPLP (Presidência do Conselho de Ministros, 2013, p. 8). O atual Conceito Estratégico Militar destaca o envolvimento em operações da UE para promover a paz e segurança internacional, cooperação e assistência militar, incluindo reformas no setor de segurança em outros países (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014, pp. 5-7).

A participação portuguesa em missões da UE em 2022, representando 20% das forças empenhadas (Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA], 2020, pp. 1-3), incluiu a EUTM Mali, visando formar e aconselhar as FAMa (MDN, 2022). A participação das FFAA portuguesas na EUTM Mali iniciou-se em 2013, com a liderança da missão no final de 2019 e primeiro semestre de 2020, estando a missão desde 2020 a decorrer no quinto mandato[41], com a participação de quinze militares das FFAA portuguesas, podendo ir até ao máximo de dezassete militares (MDN, 2022).

A partir do segundo semestre de 2022, 12 militares retraíram para território nacional, ficando apenas três em missão, estando planeado a projeção de mais dois militares em janeiro de 2023, ficando a participação portuguesa na EUTM Mali com um total de cinco militares (Gabinete da Ministra de Defesa Nacional, 2022).

Do universo de entrevistados, a maioria considera que participação das FFAA portuguesas nesta missão, com o seu efetivo e capacidades, é proporcional aos interesses e possibilidades nacionais e cerca de metade dos entrevistados refere que é uma participação adequada à dimensão de Portugal. A participação de Portugal está alinhada com seus interesses e capacidades (A. Pereira, *op. cit.*). Portugal demonstrou um empenho significativo nas missões, superando as expectativas proporcionais (H. Maio, op. cit.). A estratégia de Portugal visa defender os interesses europeus no Mali, e a presença de efetivos é apropriada para a realidade nacional (L. Silva, *op. cit.*).

4.5. A EUTM Mali

No presente capítulo, começa-se por caracterizar os antecedentes e evolução histórica da missão. Seguidamente, a sua estrutura e organização, bem como a participação das FFAA Portuguesas desde a sua génese.

---

[41] Na sequência da revisão estratégica da missão, o Comité Político e de Segurança recomendou, a 23 de março de 2020, que o mandato da EUTM Mali fosse alterado e prorrogado até 18 de maio de 2024 - https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020D0434&from=EN

4.5.1. Antecedentes

O conflito no Mali, iniciado em janeiro de 2012, envolve grupos insurgentes, como o Movimento Nacional de Libertação do Azawad[42] (MNLA), procurando independência ou maior autonomia para a região do Azawad (Dicke, 2014; EUTM Mali, 2018; Thurston, 2013). A instabilidade foi agravada por fatores políticos e militares, levando a uma intervenção internacional (Baudais & Maïga, 2022; Djiré et al., 2017; Francis, 2013; Thurston, 2013).

O lançamento da EUTM Mali foi autorizado pela Decisão 2013/87/PESC, de 18 de fevereiro de 2013, do Conselho da União Europeia, por um período de 15 meses, seguindo-se a Decisão 2014/220/PESC, de 15 de abril de 2014, do mesmo Conselho, que aprovou a prorrogação do mandato da missão, até 18 de maio de 2016" (Portaria n.º 118/2017, 2017, p. 9445), para treinar e aconselhar as FAMa. O principal objetivo da EUTM Mali é aumentar as capacidades das FAMa, a fim de promover a estabilização e a restauração do estado de autoridade em todo o território maliano (Tull, 2020, p. 4). Recentemente, os dois golpes militares de agosto de 2020 e maio de 2021, lançaram dúvidas sobre o apoio internacional. Após o golpe de 2020, a UE suspendeu temporariamente a EUTM e a Estónia, França e EUA suspenderam igualmente o seu apoio (The International Institute for Strategic Studies, 2022).

Como vimos anteriormente, o presidente francês, durante a realização da VI Cimeira UE-UA, anunciou a retirada das suas FFAA do Mali, nomeadamente as Forças que integravam as operações *Barkhane* e *Takuba*, após o anúncio da intenção de contratar serviços ao WG pelas autoridades malianas, o que motivou uma manifestação de apoio à Junta Militar que governa o país. Pelo mesmo motivo, também a Alemanha anunciou a sua retirada. A EUTM Mali está a sofrer uma restruturação profunda, existindo várias questões em aberto relativamente ao seu futuro, onde desde janeiro de 2023, a missão terá previsivelmente a participação de cinco militares nacionais num total de 298 lugares. A EUTM Mali enfrenta incertezas quanto ao seu futuro, com uma reestruturação em andamento.

4.5.2. Estrutura e Organização

A EUTM Mali, sob o comando do Brigadeiro-general Santiago Juan Fernández Ortiz-Repiso, decorre no quinto mandato desde 2020. A missão, composta por cerca de 700 militares de 25 países (22 Estados-membros da UE e três países Estados não membros[43]), treina, educa e aconselha as FAMa em três pilares: treino, educação/mentoria e aconselhamento estratégico (EUTM Mali, 2022). As atividades são conduzidas pela *Educational and Training Task Force* (ETTF) e pela *Advisory Task Force* (ATF), que serão integradas na nova estrutura *Education*

---

[42] O MNLA foi fundado em outubro de 2011, após reuniões no norte do Mali, principalmente entre comunidades tuaregues. Foi inicialmente formado por uma mistura de tuaregues que tinham regressado da rebelião de 2011 contra o líder líbio, Muammar Kadafi e desertores das Forças de defesa e segurança do Mali - https://ecfr.eu/special/sahel_mapping/mnla

[43] Os Estado-membros que contribuem para a EUTM Mali são: Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha e Suécia, onde a contribuição de Estados-não membros é feita pela Geórgia, Moldávia e Montenegro (EUTM Mali, 2022).

& Advisory Task Force (EATF) a partir de janeiro de 2023, que passará a funcionar, segundo o planeado, a partir de janeiro de 2023. Espanha detém 70-75% dos cargos na missão, evidenciando o seu interesse estratégico na estabilidade do Sahel.

4.5.3. Mandatos

A EUTM Mali passou por vários mandatos desde o seu início em 2013. O primeiro, de 2013 a 2014, visava atender às necessidades operacionais das FAMa através de treino e mentoria em coordenação com a ONU e CEDEAO (Baudais & Maiga, 2022, p. 1; Conselho da União Europeia, 2013; EUTM Mali, 2022; Portaria n,º 116/2013,2013). O segundo, de 2014 a 2016, manteve os objetivos do primeiro (Baudais & Maïga, 2022, p. 1; Conselho da União Europeia, 2014; EUTM Mali, 2022; Portaria n.º 596/2014, 2014a).

O terceiro mandato, de 2016 a 2018, ampliou as responsabilidades, incluindo a margem Sul do rio Níger e apoio descentralizado às regiões militares (Baudais & Maïga, 2022, p. 2; Conselho da União Europeia, 2016; EUTM Mali 2022; Portaria n.º 225/2016, 2016; Portaria n.º 118/2017, 2017). O quarto, de 2018 a 2020, fortaleceu o apoio ao G5S (Baudais & Maïga, 2022, p. 2; EUTM Mali, 2022; Portaria n.º 301/2019, 2019). Após uma revisão estratégica, a missão foi prorrogada até maio de 2024, com uma expansão geográfica para todo o Mali, autorizando assistência militar aos países do G5S e um aumento significativo no orçamento (Conselho da União Europeia, 2020; EUTM Mali 2022).

4.6. Participação das Forças Armadas Portuguesas

4.6.1. Efetivos

As FFAA Portuguesas participaram na EUTM Mali de 2013 (início da missão) a 2022 com 132 militares dos três Ramos das FFAA (Figura 1), destacando-se o Exército Português (EXE) com 59.1%. A missão enfrentou desafios relacionados à *coronavirus disease 2019* (COVID-19), desenvolvendo planos de resposta e considerando reduções temporárias de efetivos.

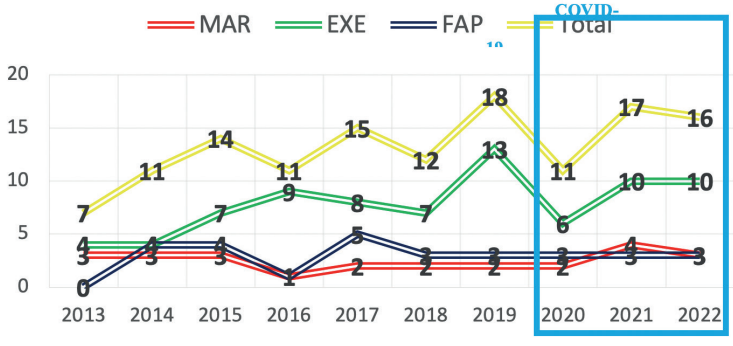


Figura 1 – Efetivos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

A maioria dos entrevistados considera que a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali é proporcional aos interesses e possibilidades nacionais. Já sensivelmente metade, refere que a participação é adequada e proporcional à dimensão de Portugal. Destaca-se o empenho relevante de Portugal nas missões, considerando-se acima do esperado, mas proporcional à sua dimensão (H. Maio, *op. cit.*). Existe uma adequação quantitativa e qualitativa da participação nacional, com Portugal a assumir uma visibilidade notável (J. Ribeiro, *op. cit.*), estando a participação alinhada com os interesses e possibilidades de Portugal (A. Pereira, *op. cit.*).

4.6.2. Mandatos e Cargos desempenhados

A participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, foi implementada em 2013, onde o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) deu parecer favorável à participação portuguesa nesta missão (Portaria n.º 116/2013, 2013), durante 15 meses e prorrogável por iguais períodos até ao encerramento da missão, com um efetivo de sete militares (um Oficial de EM no *Mission Force Headquarters* (MFHQ); uma Equipa de Instrução de tiro a longas distâncias, composta por seis militares, em rotação com outra equipa húngara, em Segou-Markala). O contingente nacional para o segundo mandato, passou a um efetivo até 12 militares, em 2014 (Portaria n.º 596/2014, 2014a), tendo contribuído no ano de 2014 com 11 militares e com 14 militares[44] no ano de 2015, assegurado por militares dos três Ramos das FFAA.

Para o terceiro mandato (Portaria n.º 225/2016, 2016; Portaria n.º 118/2017, 2017), Portugal manteve o a mesma participação que o mandato anterior, com uma contribuição de 11 militares em 2016 e 15 militares[45] em 2017. Durante este mandato, a 18 de junho de 2017, o Sargento-ajudante de Transmissões, Gil Fernando Paiva Benido viria a falecer (ocupava o cargo "*MFHQ - J6 IT Supervisor*"), após os acontecimentos trágicos no "*Le Campement Kangaba*[46]", sendo a primeira baixa Portuguesa em operações e missões no quadro da UE.

Relativamente ao quarto mandato (Portaria n.º 301/2019, 2019), com início em 18 de maio de 2018, Portugal permaneceu comprometido com os esforços da UE no que concerne aos objetivos estabelecidos para a EUTM Mali, mantendo 12 cargos na estrutura da missão durante o ano de 2018. No entanto, a participação nacional foi ligeiramente reformulada, com a ocupação da posição de "*Deputy Mission Force Commander*", no âmbito do apoio bilateral Portugal-Espanha, e com a troca da equipa Tactical Air Control Party Training Team (TACPTT) por outra equipa da Força Aérea Portuguesa (FAP) composta por dois militares ("*SME Air FusCo*") capazes de assegurar a formação a militares que iriam garantir a segurança dos aeródromos das FAMa.

A participação nacional, como podemos ver na Figura 1, e ainda durante o quarto mandato e posteriormente no quinto, teve o seu maior contributo no final de 2019, quando Portugal

---

[44] Este número é contabilizado pela rotação de militares durante o mesmo ano civil.
[45] *Idem*.
[46] O Hotel *Le Campement Kangaba* era reconhecido e autorizado pela EUTM Mali, como um local de repouso e bem-estar entre os períodos de atividade operacional dos militares em missão no TO - https://expresso.pt/politica/2017-06-19-Militar-portugues-morre-no-Mali

assumiu, por solicitação de Espanha, o comando da missão com a participação de 18 militares das FFAA. A liderança na EUTM Mali é geralmente assumida pelos países que contribuem mais, tornando-se mais difícil para Portugal assumir papéis de liderança devido à dimensão quantitativa do seu contingente. Uma maior representatividade poderia ser mais coerente com os interesses nacionais em segurança e estabilidade, especialmente durante os períodos de assunção do comando da missão (J. Ribeiro, *op. cit.*).

Na continuação do quinto mandato, Portugal contribuiu com 11 militares em 2020 (2º semestre), aumentando a participação para 17 militares no biénio 2021-2022. A partir de janeiro de 2023, tal como referido anteriormente, a participação nacional na EUTM Mali será previsivelmente com cinco militares a desempenharem funções no MFHQ. Segundo a revisão do plano da missão (EEAS, 2022b), este definiu os novos termos da missão e a redução para um total de 298 elementos na *Crisis Establismen List* (CEL[47]).

Em suma, no período 2013-2022 (Figura 2), verifica-se que a maioria dos cargos ocupados foram na ETTF localizada no KTC, com um total de 79 cargos ocupados (59,8%), tendo atingindo o máximo de 11 cargos no ano de 2021 (13,9% do número total de cargos na ETTF). Relativamente ao MFHQ, 27,3% definem a participação lusófona, onde se destaca a ocupação de dez cargos no MFHQ (27,7% do número total de cargos no MFHQ) no ano de 2019-2020, durante o comando da missão por parte de Portugal. Na ATF, foi onde a participação nacional foi mais reduzida com um total de 12,9% de cargos ocupados.

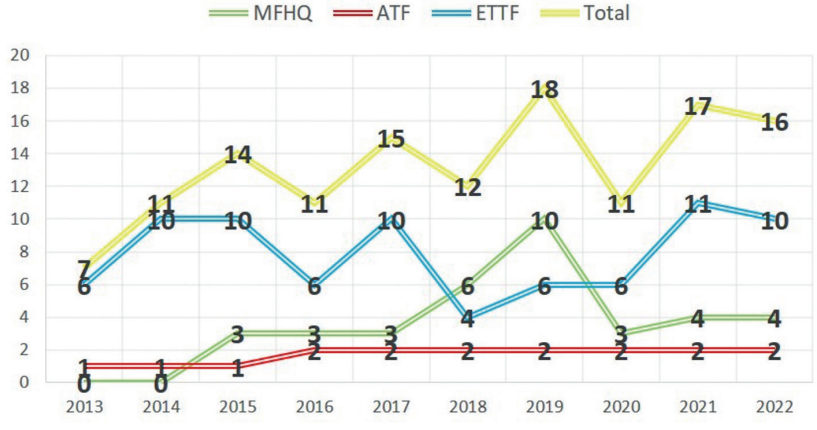


Figura 2 – Cargos desempenhados por militares das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

[47] A 08 de novembro de 2022, durante a realização da conferência de geração de Forças da UE, a sessão referente à EUTM-Mali foi considerada um insucesso, porque apenas foram preenchidos 213 cargos (71%).

4.6.3. Participação dos Oficiais das FFAA

Relativamente aos Oficiais das FFAA (Figura 3), a participação nacional contou com 69 militares dos três Ramos, equivalendo a 52,3% do efetivo total, destacando-se o EXE com 43 militares, o que se traduz em 62,3% do efetivo total empregue.

Em novembro de 2019, segundo o Decreto do Presidente da República n.º 83/2019 (2019, p. 3), foi nomeado o "Coronel Tirocinado de Infantaria João Pedro Rato Boga de Oliveira Ribeiro para o cargo de Comandante da Missão de Treino da União Europeia no Mali, por um período de seis meses, […]" (tendo já desempenhado o cargo como Brigadeiro-general), com o respetivo EM, tendo, o comando português da missão se iniciado a 12 de dezembro de 2019 e terminado a 12 de junho de 2020.

O comando da Força na EUTM Mali faz uma diferença significativa, conferindo uma afirmação e relevância diferentes. Mesmo com um contingente pequeno, a oportunidade de comandar permitiu que Portugal se destacasse além da sua justa dimensão (H. Maio, *op. cit)*.

Na categoria de Oficiais nos três Ramos (Figura 4), verifica-se que no EXE, 29 militares (67,4%) eram Oficiais Superiores, o que traduz a maioria dos cargos desempenhados dentro do MFHQ. Por sua vez, na Marinha Portuguesa (MAR) e na FAP, os Oficiais eram Primeiros-Tenentes/Capitães (72,7% na MAR e 53,3% na FAP) e subalternos na FAP (40%).

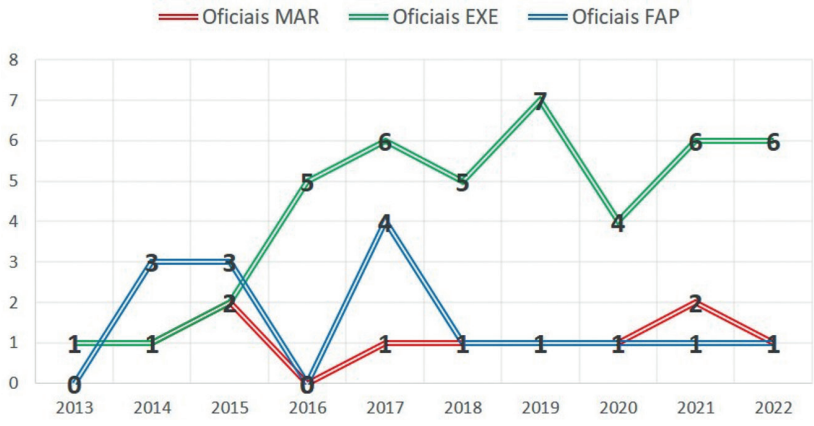


Figura 3 – Participação dos Oficiais das FFAA Portuguesas na EUTM Mali

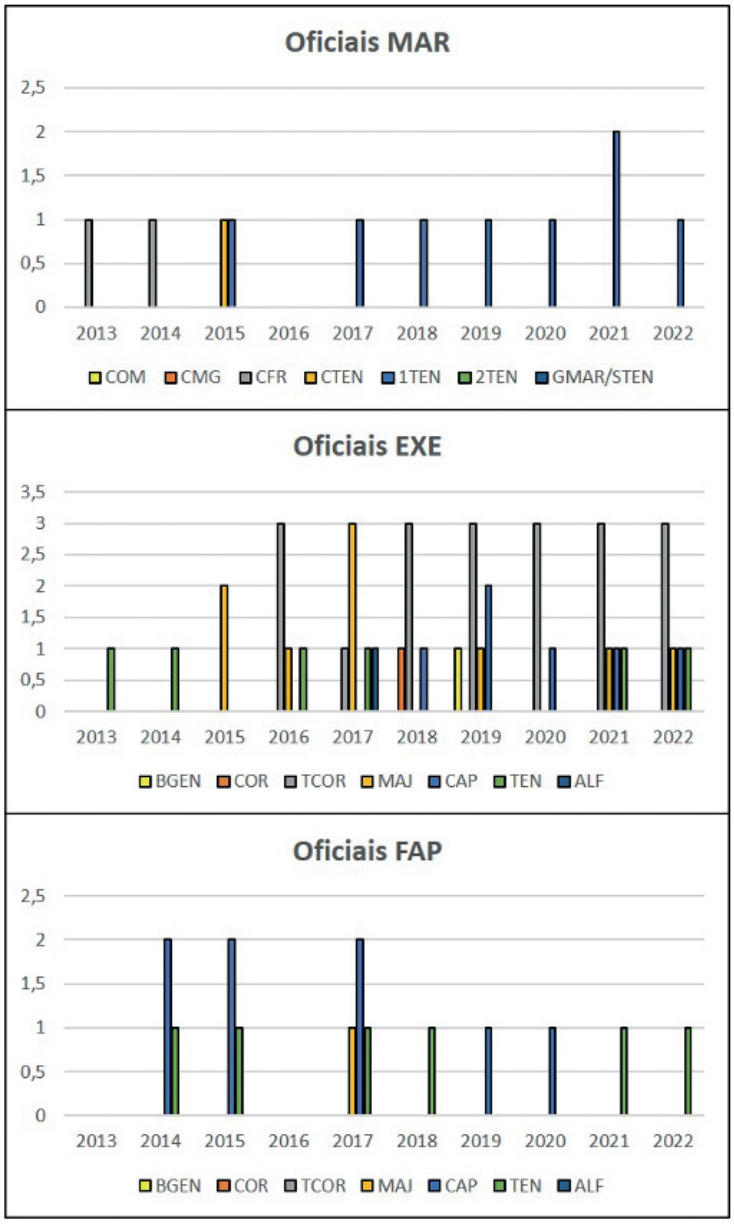


Figura 4 – Participação dos Oficiais da MAR, do EXE e da FAP na EUTM Mali

4.6.4. Participação dos Sargentos das FFAA

No que respeita à categoria de Sargentos (Figura 5), as FFAA Portuguesas contribuíram com 58 militares (43,9%), num equilíbrio próximo com a categoria de Oficiais. É de realçar, mais uma vez o EXE, contribuindo com 31 militares (58,4%) e o equilíbrio entre os outros dois Ramos, ambos a rondar aproximadamente os 23% (Figura 6). Quanto aos cargos desempenhados, todos os militares da categoria de Sargentos desempenharam funções na

ETTF, à exceção do cargo "*MFHQ - J6 IT Supervisor*" que era ocupado por um SCH/SAJ do EXE no MFHQ desde 2015, e também do cargo "*MFCdr Protection Detachment*" ocupado por 1SARG do EXE, no MFHQ, durante o comando da missão em 2019-2020.

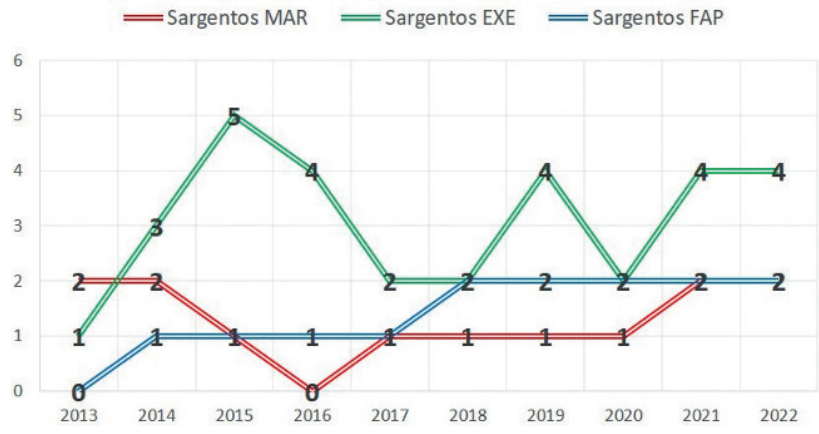
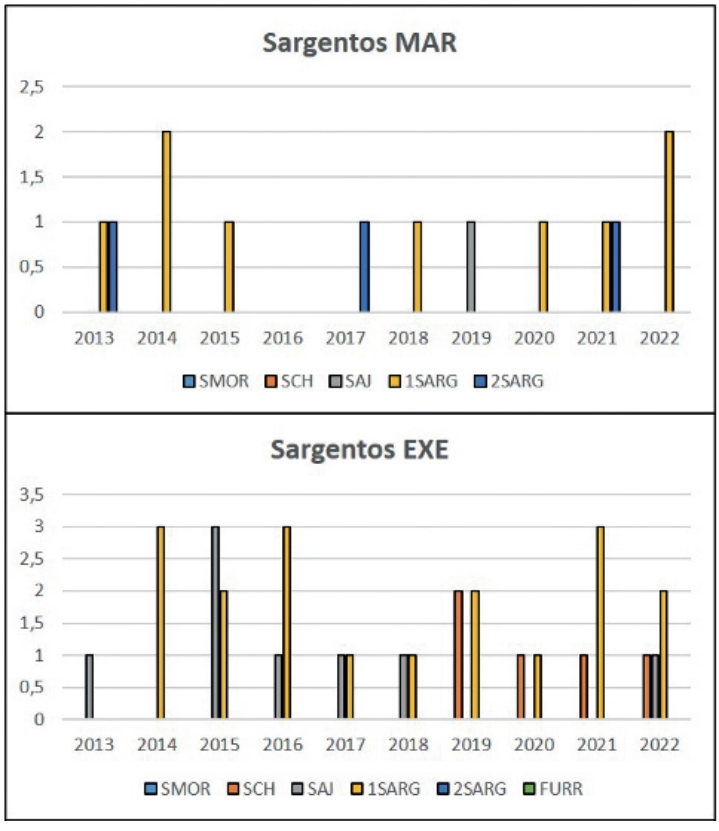


Figura 5 – Participação dos Sargentos das FFAA Portuguesas na EUTM Mali



[Cont.]

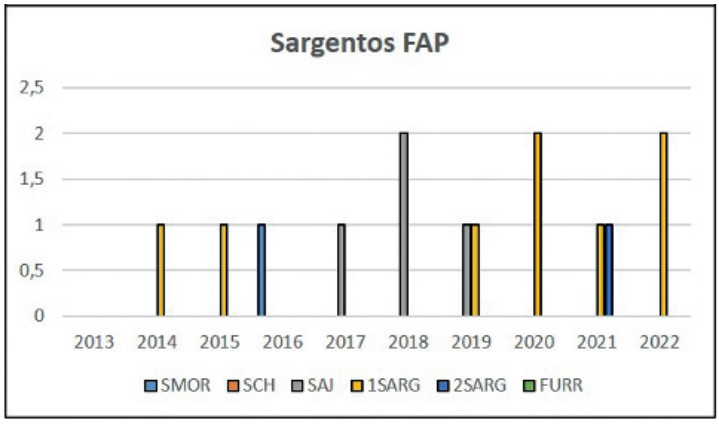
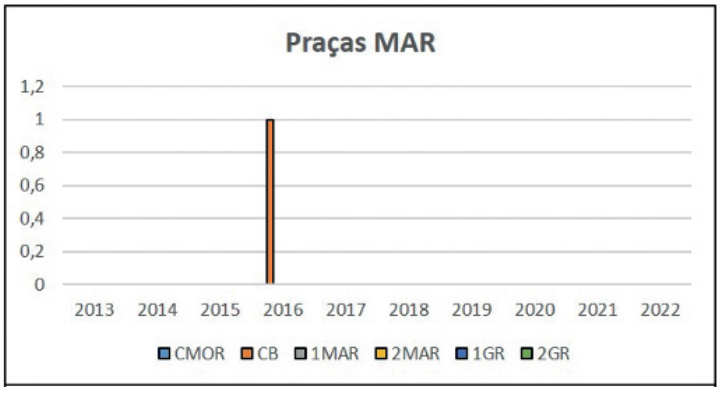


Figura 6 – Participação dos Sargentos da MAR, do EXE e da FAP na EUTM Mali

4.6.5. Participação das Praças das FFAA

Por fim, a categoria de Praças surge pouco representativa, com apenas cinco militares (3,8%) em toda a participação, sendo quatro do EXE (dois militares em 2013 e em 2019) e um da MAR (2016) (Figura 7). No que concerne ao desempenho de funções, na primeira participação das FFAA, em 2013, as Praças do EXE eram auxiliares de formação da "*Sharpshooter Training Team*", na ETTF. Em 2016, a única Praça da MAR ocupava o cargo de "501 - *Mobile Trainning Task Force/Sharpshooter Sniper*" igualmente na ETTF. Já em 2019, durante o comando português da missão, as duas Praças do EXE integravam o destacamento de proteção ao *Mission Force Commander*, no MFHQ.



[Cont.]

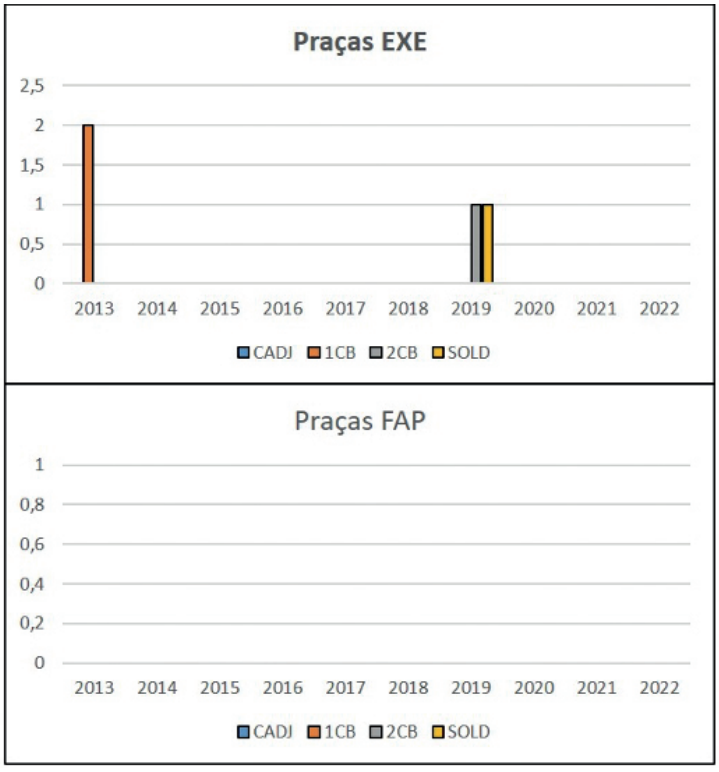


Figura 7 – Participação das Praças da MAR, do EXE e da FAP na EUTM Mali

5. Conclusões

A UE considera o Sahel uma região estratégica devido a desafios de segurança que podem afetar os seus Estados-membros. A EUTM Mali, faz parte da abordagem da UE para estabilizar o Mali, e atua ao nível do treino, educação, aconselhamento estratégico e apoio à G5S JF. A participação das FFAA Portuguesas nesta missão não executiva da UE, iniciou-se em 2013, ano de criação da EUTM Mali, onde se destaca o comando da missão, a partir do final de 2019 e durante um semestre, como o ponto mais expressivo da participação nacional através do seu instrumento militar.

Sustentado num processo de raciocínio dedutivo, a investigação, a partir do estudo de caso e empregando uma estratégia qualitativa, utilizou instrumentos de recolha de dados, através da análise bibliográfica e documental baseada sobretudo em fontes primárias, legislação nacional e internacional, bem como em conceitos estratégicos e, adicionalmente, na realização de entrevistas semiestruturadas direcionadas a sete entidades militares de referência que desempenharam funções no comando das Forças Terrestres, na Capacidade Militar de Planeamento e Condução da UE, no comando da EUTM Mali ou como SNR no TO do Mali.

Para alcançar o objetivo geral da investigação, que pretendia "analisar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali tendo em vista dar possíveis contributos para o desenvolvimento de uma estratégia nacional para o Sahel", e responder à QC, foram constituídos três OE e respetivas QD.

No que concerne ao OE1 – identificar os desafios securitários para a Europa na região do Sahel (Mali) e os principais *stakeholders* presentes no Mali, a investigação permitiu concluir, em resposta à QD1, que os principais desafios securitários para a Europa provenientes da região do Sahel e do Mali em particular, são o tráfico de drogas, migrações clandestinas, tráfico humano e terrorismo. Foi destacada a necessidade de uma abordagem abrangente e integrada da UE para alinhar objetivos políticos, de segurança e desenvolvimento. Quanto aos *stakeholders*, a ONU, UE, UA, CEDEAO e G5S foram reconhecidos como atores significativos. A França, historicamente focada na redução da ameaça terrorista, anunciou a retirada de suas forças, enquanto a Rússia e China emergem como competidores estratégicos na região, exigindo uma resposta coordenada da UE para proteger seus interesses.

Relativamente ao OE2 – analisar a estratégia europeia e a estratégia nacional para o Sahel, em resposta à QD2, concluiu-se que, a estratégia europeia para o Sahel, no âmbito da PCSD, é implementada através da EGUE, destacando-se a abordagem integrada da UE para enfrentar ameaças globais. A ESDS, revista em 2014, é uma das três estratégias regionais, com foco no Sahel, evidenciando a cooperação militar e civil para apoiar a reforma do setor de segurança. Após incidentes recentes, a UE desenvolveu uma nova estratégia integrada para o Sahel, fortalecendo a coordenação política e a cooperação de segurança regional.

A estratégia nacional de Portugal para o Sahel reflete uma abordagem estável e alinhada com a UE, OTAN e CPLP, priorizando a paz, segurança e capacitação institucional em África. A cooperação bilateral concentra-se nos PALOP, sem representação residente no Sahel. Portugal participa ativamente em missões da UE, como a EUTM Mali, demonstrando um compromisso proporcional significativo na abordagem multilateral para lidar com os desafios securitários da região. A cooperação bimultilateral, envolvendo países do G5S e diversos *stakeholders*, é sugerida para abordar a complexidade da crise no Sahel. Portugal destaca-se como um ator relevante, contribuindo com 20% das FFAA em missões da UE, com o Sahel sendo uma das áreas geográficas prioritárias.

No respeitante ao OE3 – interpretar a participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali, em resposta à QD3, apurou-se que, o Mali é um país em constante conflito (desde 2012), sendo a sua génese de cariz político, que originou uma série de rebeliões, causando o caos político e permitindo que os grupos rebeldes cimentassem a sua presença no norte do território e se expandissem para Sul, em direção a Bamako. No final de 2022, a EUTM Mali, seguia no quinto mandato, estando a sofrer uma reestruturação profunda, após o anúncio da retirada das FFAA francesas e também do anúncio da retirada alemã, existindo uma clara redução de efetivos para 2023 e várias questões em aberto sobre o seu futuro.

Da participação nacional com o total de 132 militares, no espaço temporal 2013-2022, conclui-se, que a participação nacional parece ser adequada e proporcional à dimensão

de Portugal e das suas FFAA, assumindo ao longo dos mandatos, cargos com importância significativa na estrutura da EUTM Mali, nomeadamente no MFHQ, originando uma participação relevante ao nível dos interesses e das possibilidades nacionais. Esta participação deve ser vista no contexto mais alargado do empenhamento nacional nas diversas missões da PCSD da UE, assumindo uma relevância e visibilidade evidentes neste tipo de missões, uma vez que já liderou ou lidera todas as restantes à exceção da EUTM Somália.

Face ao exposto, considerando o OG, e em resposta à QC, conclui-se que a participação militar nacional na EUTM Mali, em apoio à PE do Estado, tem procurado contribuir para a satisfação dos compromissos internacionais assumidos pela UE, nomeadamente através de missões de caráter humanitário e de manutenção de paz, onde esta Missão se enquadra. Portugal, através desta participação, empenha-se multilateralmente, onde à sua dimensão, demonstra ser um parceiro empenhado, produtor de segurança regional e internacional, possuindo a credibilidade necessária para influenciar decisões relativamente a África, dentro das organizações a que pertence. Neste contexto, o principal contributo para o conhecimento desta investigação, prende-se com facto de ser fundamentada, através da interpretação detalhada e não existente da participação das FFAA portuguesas na EUTM Mali, a relevância do papel nacional dentro da Missão e consequentemente da UE, estando os efetivos, no espaço temporal estudado, adequados à dimensão nacional, demonstrando assim através do empenhamento e dedicação, uma credibilidade e reconhecimento internacional.

A UE encontra-se atualmente sob uma pressão interna e por parte dos países da região para reavaliar a sua abordagem de segurança no Sahel, conforme anunciado por Ursula von der Leyen no discurso sobre o Estado da União de 2023. No entanto, não há consenso entre os Estados-Membros sobre o futuro das missões e parcerias na região, e uma decisão formal sobre uma nova estratégia ainda não foi tomada, apesar das discussões entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros em dezembro de 2023. Apesar da incerteza de uma revisão estratégica a nível europeu para o Sahel, Portugal atualmente permanece, à sua dimensão e dentro das suas possibilidades, presente no Mali e na região do Sahel, e recomenda-se que continue a assumir essa postura estratégica por forma a ajudar as populações mais necessitadas e a afirmar-se como um ator credível, presente e reconhecido internacionalmente, contribuindo para a segurança e o desenvolvimento na região e indiretamente para uma Europa mais segura.

As principais limitações desta investigação prenderam-se com a dispersão dos dados relativos à participação das FFAA Portuguesas na EUTM Mali e a dificuldade em articular e recolher informação que pudesse permitir um tratamento estatístico.

Relativamente a investigações futuras, considera-se que se explore a participação das FFAA Portuguesas nas restantes missões no âmbito da PCSD da UE, no continente africano, correlacionando as mesmas com as estratégias nacionais para as regiões em análise, assente numa inovadora visão bi-multilateral, ficando-se assim, à partida, com uma visão holística, informada e estruturada da temática em estudo.

Referências bibliográficas

Abreu, C. (2017, 19 de junho). *Militar português morre no Mali*. Expresso. [Online]. Retirado de https://expresso.pt/politica/2017-06-19-Militar-portugues-morre-no-Mali

African Union. (2014, 12 de agosto). *The African Union Strategy For The Sahel Region*. [Online]. Retirado de https://www.peaceau.org/en/article/the-african-union-strategy-for-the-sahel-region

Alcalde, J. D. (2013, 13 de fevereiro). *Qué es la CEDEAO? fortalezas y debilidades para enfrentar el conflicto de Mali*. Boletin Instituto Español de Estudios Estratégicos, 11, 1–20. [Online]. Retirado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7477118

Alcojor, A. M. (2022). *Relaciones África y Europa en un tiempo de crisis*. Informe África 2022, 15-32. [Online]. Retirado de https://fundacionalternativas.org/publicaciones/informe-africa-2022-relaciones-africa-y-europa-en-un-tiempo-de-crisis/

Alliance Sahel. (2023). *The Alliance Sahel*. [Online]. Retirado de https://www.alliance-sahel.org/en/sahel-alliance/

Almeida, P., Costa, A., & Fernandes, H. (2014). *Intervenção Militar Francesa no Mali. Operação "Serval"*. IESM Atualidade, n.º 1. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*. Centro de Estudos Africanos (ISCTE-IUL), N.º 4, 35-70. [Online]. Retirado de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3186/1/2003_4_02.pdf

Antil, A., & Maurice, P. (2022, 23 de junho). *After Mali, what Commitment from Germany in the Sahel?* [Online]. Retirado de https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-lifri/notes-cerfa/after-mali-what-commitment-germany-sahel

Arnold, T. D. (2019). As Dimensões Geoeconómicas das Empresas Militares e de Segurança Privadas da Rússia. *Military Review,* 53-67.

Baig, R. (2013, 16 de janeiro). Quais os interesses da França no Mali? [Online]. Retirado de https://www.dw.com/pt-br/quais-os-interesses-da-fran%C3%A7a-no-mali/a-16525101

Baltazar, A. R. (2021). A implementação da Strategic Compass (´Bússola Estratégica´) no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia - Implicações para Portugal. Em *Revista de Ciências Militares, Vol. IX*, N.º 2, 63-93.

Barroso, L. F. (2008). *Análise conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. [Online]. Retirado de https://www.revistamilitar.pt/artigo/274

Baudais, V., & Maïga, S. (2022, abril). *The European Union Training Mission in Mali: an assessment*. [Online]. Retirado de https://www.sipri.org/sites/default/files/2022-04/bp_2204_eutm_mali.pdf

Benabdallah, L., & Large, D. (2020, 13 de novembro). *Development, Security, and China's Evolving Role in Mali, Johns Hopkins SAIS*. [Página online]. Retirado de https://www.wathi.org/development-security-and-chinas-evolving-role-in-mali-johns-hopkins-sais/

Benaso, R. (2021). *Invisible Russian Armies: Wagner Group in Ukraine, Syria, and C.A.R* (Master of Arts in International Studies). San Francisco: University of San Francisco.

Bernardino, L. M. (2012). *A Cooperação para a Segurança no contexto das Relações Internacionais: Do Realismo ao Construtivismo*. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1-34.

Bernardino, L. M. (2019). *A Defesa como vetor da cooperação político-estratégica de Portugal em África. Contributos para uma cooperação da Defesa*. Revista Militar 2608, 637-655.

Calmeiro, L. M. (2021). G5 SAHEL - *A intervenção da União Europeia e a crescente presença na região de atores internacionais*. Lisboa: IUM.

Cardoso, N. C. (2020). *Segurança Regional no Chifre de África. Conflitos, Atores, Agendas e Ameaças*. CEBRAFRICA-UFRGS. [Online]. Retirado de https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2021/01/Ebook-Nilton-Cardoso-Chifre-da-%C3%81frica.pdf

Center for International Security and Cooperation. (2018). *Jamaat Nusrat al-Islam wal Muslimeen*. [Online]. Retirado de https://cisac.fsi.stanford.edu/mappingmilitants/profiles/jamaat-nusrat-al-islam-wal-muslimeen#highlight_text_8252

Charbonneau, B. (2017). *De Serval à Barkhane : les problèmes de la guerre contre le terrorisme au Sahel*. Em Les Temps Modernes: Guerres africaines de la France, 1830-2017. Gallimard.

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental [CEDEAO]. (2022). *Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental*. [Online]. Retirado de https://ecowas.int/?lang=pt-pt

Conselho da União Europeia. (2013, 17 de janeiro). *Decisão 2013/34/PESC do Conselho*. [Online]. Retirado de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32013D0034

Conselho da União Europeia. (2014, 15 de abril). *Decisão 2014/220/PESC do Conselho*. [Online]. Retirado de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014D0220&from=PT

Conselho da União Europeia. (2016, 23 de março). *Decisão 2016/446/PESC do Conselho*. [Online]. Retirado de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016D0446&from=EN

Conselho da União Europeia. (2020, 23 de março). *Decisão 2020/434/PESC do Conselho*. [Online]. Retirado de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020D0434&from=PT

Conselho da União Europeia. (2021, abril). *Sahel: Conselho aprova conclusões sobre a estratégia integrada da UE para a região*. [Online]. Retirado de https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/04/19/sahel-council-approves-conclusions-on-the-eu-s-integrated-strategy-in-the-region/

Conselho Europeu. (2022a, 17 de fevereiro). *Cimeira União Europeia-União Africana, 17-18 de fevereiro de 2022*. [Online]. Retirado de https://www.consilium.europa.eu/pt/meetings/international-summit/2022/02/17-18/

Conselho Europeu. (2022b, 31 de agosto). *Cooperação da UE em matéria de segurança e defesa*. [Online]. Retirado de https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/defence-security/#compass

Cortinhas, R. F. (2021). *A Importância do Instrumento Militar na Estratégia Global da UE*. Em Estudos Estratégicos das Crises e dos Conflitos Armados. Cadernos do IUM N.º 48, 161-179. Lisboa: IUM.

Couto, A. C. (2020). *Elementos de Estratégia - apontamentos para um curso - Volume I*. Alfragide: Leya.

Cruz, M. A. (2021). *As Relações UE-África*. IUM Atualidade, 25. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Decreto do Presidente da República n.º 83/2019. (2019, 20 de novembro). *Nomeação do Comandante da EUTM Mali*. Diário da República 1ª série, 223, 3. Lisboa: Presidência da República.

Deutsche Welle. (2022, 16 de maio). *Mali pulls out of regional G5 Sahel force*. [Online]. Retirado de https://www.dw.com/en/mali-pulls-out-of-regional-g5-sahel-joint-force/a-61809659

Devermount, J. (2020, 8 de maio). *China´s Strategic Aims in Africa*. [Online]. Retirado de https://www.uscc.gov/sites/default/files/Devermont_Testimony.pdf

Dewal, R. (2021, 14 de julho). *Humanitarian Crisis in Sahel, Africa*. [Online]. Retirado de https://publicpolicy.network/f/humanitarian-crisis-in-sahel-africa

Dias, V. A., & Freire, M. R. (2021, 13 de agosto). *A Participação de Portugal em Missões Internacionais e a Concretização do Interesse Nacional: Tendências, Retorno Político e Recomendações*. Instituto de Defesa Nacional. E-Briefing Papers. [Online]. Retirado de https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/ebriefing/Paginas/E-Briefing-Papers-13-agosto-2021.aspx

Dicke, R. (2014). *The European Union Training Mission in_Mali: A case study*. [Online]. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/287129261_The_European_Union_Training_Mission_in_Mali_A_case_study

Djiré, M., Sow, D., Gakou, K., & Camara, B. (2017, 24 de março). Assessing the EU's conflict prevention and Peacebuilding interventions in Mali. [Online]. Retirado de https://issat.dcaf.ch/Learn/Resource-Library/Case-Studies/Assessing-the-EU-s-conflict-prevention-and-Peacebuilding-interventions-in-Mali

EEAS. (2019, 14 de junho). *The European Union´s Global Srategy - Three Years On, Looking Forward*. [Online]. Retirado de https://eeas.europa.eu/topics/eu-global-strategy/64034/vision-action-eu-global-strategy-practice-three-years-looking-forward_en

EEAS. (2022b, 02 de setembro). *EEAS (2020) 451 rev1 - eutm mali mandate 5- mission plan rev1*. [Online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/EUTM_Mali_Factsheet_Nov%202022.pdf

EEAS. (2023, 23 de janeiro). *Missions and Operations*. [Online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/missions-and-operations_en

Eizenga, D. (2019). *Long term trends across security and development in the Sahel*. West African Papers, 1-27.

Estado-Maior-General das Forças Armadas [EMGFA]. (2020). *Diretiva N.º 031/CEMGFA/20,* Ação Externa no Domínio Militar 2020/2021. Lisboa: Gabinete do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

European Commission. (2023, 06 de fevereiro). *West and Central Africa: EU allocates €181.5 million for humanitarian aid in 2023*. [Online]. Retirado de https://civil-protection-humanitarian-aid.ec.europa.eu/news-stories/news/west-and-central-africa-eu-allocates-eu1815-million-humanitarian-aid-2023-2023-02-06_en

European External Action Service [EEAS]. (março de 2022a). *EU Missions and Operations*. [Online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eeas/eu-missions-and-operations_en

European Parliament. (2019). *China's growing role as a security actor in Africa*. [Online]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI(2019)642232_EN.pdf

European Parliament. (2021a, 09 de julho). *New EU strategic priorities for the Sahel: Addressing regional challenges through better governance*. [Online]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2021)696161

European Parliament. (2021b, 14 de julho). *The G5 Sahel and the European Union: The challenges of security cooperation with a regional grouping*. [Online]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2020)652074

European Parliament. (2024, 20 de janeiro). *The European Union's Integrated Strategy in the Sahel In "A Stronger Europe in the World"*. [Online]. Retirado de https://www.europarl.europa.eu/legislative-train/carriage/eu-strategy-in-the-sahel/report?sid=7701

European Union Military Committee [EUMC]. (2023). *EU MILITARY FORUM. EUCM#1/2023*. [Online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/ EUMC-Forum%231_23.pdf

European Union Training Mission in Mali [EUTM Mali]. (2018). C*ountry Handbook Republic of Mali*. Bamako: EUTM Mali.

EUTM Mali. (2021, março). *EUTM Mali*. [Online]. Retirado de https://eutmmali.eu/organization/

EUTM Mali. (2022, março). *EUTM Mali*. [Online]. Retirado de https://eutmmali.eu/organization/

Federal Foreign Office. (2021, 21 de abril). *Together for security, stability and development: Germany's involvement in the Sahel region*. [Online]. Retirado de https://reliefweb.int/report/mali/together-security-stability-and-development-germany-s-involvement-sahel-region

Federal Foreign Office. (2022, 11 de maio). *Germany's engagement in the Sahel: Bundestag deliberates on Bundeswehr missions*. [Online]. Retirado de https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/laenderinformationen/mali-node/mali-bundeswehr/2340748

Ferreira, P. M., & Oliveira, A. (2021, 21 de maio). *União Europeia e África: Rumo a uma Parceria "Entre Iguais"?* [Online]. Retirado de https://www.plataformaongd.pt/noticias/plataforma-publica-estudo-uniao-europeia-e-africa-rumo-a-uma-parceria-entre-iguais

Ferreira, P. M., Faria, F., & Cardoso, F. J. (2015, novembro). *O papel de Portugal na arquitetura global do desenvolvimento. Opções para o futuro da cooperação portuguesa*. [Online]. Retirado de https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2017/12/estudocooperacaoportuguesa_net-1.pdf

Ferreira, V. H. (2018). *A Security Actorness da União Europeia: Análise do Estudo de Caso do Mali e Reflexão Prospetiva*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Francis, D. J. (2013, abril). *The regional impact of the armed conflict and French intervention in Mali. Norwegian Peacebulding Resource Centre*. [Online]. Retirado de https://www.academia.edu/download/37481007/NOREF_Mali_Report_March_2013_FINAL.pdf

Freitag, V. (2021, 13 de agosto). *Analysing EU's Sahel strategies: A civilian approach in the era of pragmatism*. [Online]. Retirado de https://www.europeum.org/en/articles/detail/4296/policy-paper-analysing-eu-s-sahel-strategies-a-civilian-approach-in-the-era-of-pragmatism

Gabinete da Ministra de Defesa Nacional. (2022). *Deliberação do Conselho Superior de Defesa Nacional* - 23 de dezembro de 2022. Lisboa: República Portuguesa.

Gonçalves, A. P. (2016, novembro). O Papel do Instrumento Militar no Smart Power. *Revista de Ciências Militares, IV*(2). [Online]. Retirado de http://www.iesm.pt/cisdi/index.php/publicacoes/revista-de-ciencias-militares/edicoes

Gridneff, I. (2022, 12 de agosto). *In unstable Sahel, Germany halts troop deployment to Mali*. [Online]. Retirado de https://www.politico.eu/article/germany-pulls-troops-out-of-mali-sahel-terrorism-russia/

Grupo de Reflexão Estratégica Independente. (2019, abril). *A Segurança, a Defesa Nacional e as Forças Armadas. Um debate indispensável*. [Online]. Retirado de http://www.grei-portugal.org/informacao.php?area=eventos

Guerra, I. (2014). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia.

Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Stanford: Standford University Press.

Helly, D., & Galeazzi, G. (2015, fevereiro). *Avant la lettre? The EU's comprehensive approach (to crises) in the Sahel*. [Online]. Retirado de https://euagenda.eu/upload/publications/untitled-53781-ea.pdf

Herráez, P. S. (2019). *Los «nuevos» actores en el Sahel*. Cuadernos de Estrategia, 202. [Online]. Retirado de https://www.ieee.es/publicaciones-new/cuadernos-de-estrategia/2020/Cuaderno_202.html

Ibrahim, R. (2019, julho). *THE EU AS A SECURITY ACTOR IN AFRICA: THE CASE OF SAHEL MALI*. [Online]. Retirado de http://research.sabanciuniv.edu/39194/1/10253112_Rasheed_Ibrahim.pdf

Instituto de Defesa Nacional. (2023, 31 de janeiro). *Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2022-2023*. [Online]. Retirado de https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

International Crisis Group. (2021, 10 de dezembro). *Mali: Enabling Dialogue with the Jihadist Coalition JNIM*. [Online]. Retirado de https://www.crisisgroup.org/africa/sahel/mali/306-mali-enabling-dialogue-jihadist-coalition-jnim

Jain, R. K., & Pandey, S. (2019). *The EU Global Strategy and EU–India Relations: A Perceptions Study*. Em N. Chaban, & M. Holland, Shaping the EU Global Strategy, 101-127. Christchurch: Palgrave macmillan.

Kohnert, D. (2022, 16 de junho). *The impact of Russian presence in Africa*. [Online]. Retirado de https://ideas.repec.org/p/pra/mprapa/112554.html

Komenan, D. (2022). *Las sanciones de la CEDEAO contra Mali en el marco de los procesos sociopolíticos en África occidental. INFORME ÁFRICA 2022*. [Online]. Retirado de http://grupodeestudiosafricanos.org/cms/wp-content/uploads/2022/05/268adbcfb920188029a904fdefe00332.pdf#page=70

Krippahl, C. (2022, 22 de novembro). *Junta militar do Mali desvaloriza retirada de tropas alemãs*. [Online]. Retirado de ttps://www.dw.com/pt-002/junta-militar-do-mali-desvaloriza-retirada-de-tropas-alemãs/a-63867771

Lanteigne, M. (2019, 4 de março). China's UN Peacekeeping in Mali and Comprehensive Diplomacy. *The China Quarterly, 329,* 635-655. [Online]. Retirado de https://www.cambridge.org/core/journals/china-quarterly/article/abs/chinas-un-peacekeeping-in-mali-and-comprehensive-diplomacy/E308793B520DD6B7E7DA53EA17313F94

Latorre, J. A. (2022, 07 de maio). *A change in Mali: The French out, Wagner in*. [Online]. Retirado de https://www.unav.edu/web/global-affairs/a-change-in-mali-the-french-out-wagner-in

Louro, J. M. (2019). *O Sahel e a crise dos refugiados e dos migrantes na Europa*. Lisboa: IUM.

Lucia, E. L. (2017, 15 de junho). *Performing EU agency by experimenting the 'Comprehensive Approach': the European Union Sahel Strategy*. [Online]. Retirado de https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02589001.2017.1338831

Machado, M. d. (2017). *Os interesses da França no Mali*. [Online]. Retirado de https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br.egn/files/CCN2017.pdf#page=93

Marcinkowska, P. (2020). IMPLEMENTING EU GLOBAL STRATEGY: CHALLENGES FOR EU DIPLOMACY. *The Copernicus Jornal n.º2/2020, 21-31*. [Online]. Retirado de https://apcz.umk.pl/CJPS/article/view/CJPS.2020.012

MDN. (2022). *Missões Internacionais*. [Online]. Retirado de https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb

Ministério da Defesa Nacional [MDN]. (2014, 30 de julho). *Missões das Forças Armadas*. MIFA 2014. [Online]. Retirado de https://docentes.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31569.pdf

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]. (2006, fevereiro). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. [Online]. Retirado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/visao_estrategica_para_cp.pdf

Mintzberg, H. (1987). The Strategy Concep I: Five Ps For Strategy, 30 (1). *California management review 30*(1) [Online]. Retirado de https://doi.org/10.2307%2F41165263

Mirzekhanov, V. S., & Trunov, P. O. (2021, 24 de março). Germany's Approach to Resolving the Conflict in Mali. *Herald of the Russian Academy of Sciences, 91*(2), 223-229. SpringerLink. [Online]. Retirado de https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34131374/

Mogherini, F. (2019, 14 de junho). T*he European Union´s Global Strategy*. Three years on, looking forward. [Online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/eu_global_strategy_2019.pdf

Moita, L., Pinto, L. V., & Pereira, P. (2019, maio). *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*. Observatório de Relações Exteriores. Universidade Autónoma de Lisboa. [Online]. Retirado de https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4206/4/Estrutura%20 diploma %CC%81tica%20portuguesa%20FINAL.pdf

Nantulya, P. (2019, 17 de janeiro). *Chinese Hard Power Supports Its Growing Strategic Interests in Africa*. Africa Center for Strategic Studies, Spotlight. [Online]. Retirado de https://africacenter.org/spotlight/chinese-hard-power-supports-its-growing-strategic-interests-in-africa/

Nash, P. (2012, 10 de maio). *China´s "Going Out" Strategy*. Retrieved from https://www.diplomaticourier.com/posts/china-s-going-out-strategy

North Atlantic Treaty Organization [NATO]. (2021, 17 de junho). NSPA to support Takuba Task Force in Mali. [Online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_185374.htm?selectedLocale=en

Nunes, I. F. (2021). *União Europeia. Bússola Estratégica*. Documentos Estratégicos de Segurança e Defesa. 75-90. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.

Observatório de Crises Internacionais. (2021, 5 de julho). *Região do Sahel: violência, pobreza e ascensão de grupos terroristas*. [Online]. Retirado de https://sites.ufpe.br/oci/2021/07/05/regiao-de-sahel-violencia-pobreza-e-ascensao-de-grupos-terroristas/

Office, Federal Foreign. (2021, 27 de março). *Together for security, stability and development: Germany's involvement in the Sahel region*. [Online]. Retirado de https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/regionaleschwerpunkte/afrika/sahel/2450778

Oliveira, V. (2019, 11 de novembro). *A Escola de Copenhague e a Teoria da Securitização*. [Online]. Retirado de https://medium.com/@victoroliver/a-escola-de-copenhague-e-a-teoria-da-securitização

Organização das Nações Unidas [ONU]. (2004). UN DoOC. A/59/565 *A More Secure World: Our Shared Responsibility*. New York: ONU.

Panapress. (2024, 15 de fevereiro). *Países da Aliança dos Estados do Sahel reúnem-se em Ouagadougou*. [Online]. Retirado de https://www.panapress.com/Paises-da-Alianca-dos-Estados-do-a_630763053-lang4-free_news.html

Pereira, P. S. (2018). *Portuguese Foreign Policy*. Constraints and Responses. The Road Ahead - The 21st-Century world order in the eyes of policy palnners, 269- 284. [Online]. Retirado de http://funag.gov.br/loja/download/the-road-ahead-livro-funag.pdf

Pichon, E. (2020, 7 de setembro). *Understanding the EU Strategy for the Sahel*. [Online]. Retirado de https://policycommons.net/artifacts/1332394/understanding-the-eu-strategy-for-the-sahel/1935892/

Portaria n.º 116/2013. (2013, 1 de março). *Participação portuguesa na missão EUTM Mali*. Diário da República n.º 43/2013, Série II, 7939-7940. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 118/2017. (2017, 21 de abril). *Prorrogação da participação nacional na European Union Training Mission in Mali - «EUTM Mali»*. Diário da República n.º 95/2017, Série II , 9445-9446. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. [Online]. Retirado de https://dre.pt/home/-/dre/107023701/details/maximized

Portaria n.º 182/2021. (2021, 11 de maio). *Participação nacional na Task Force Takuba em 2021*. Diário da República n.º 91/2021, Série II, 36-36. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 225/2016. (2016, 12 de julho). *Portaria relativa à participação na Missão Militar European Union Training Mission Mali,* designada por "EUTM Mali", Diário da República, Série II, 142, 23150-23151. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 301/2019. (2019, 3 de maio). *Define o contributo de Portugal para a EUTM Mali*. Diário da República, Série II, 85, 13460-13461. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 596/2014. (2014a, 18 de julho). *EUTM Mali - Empenhamento Nacional 2014*. Diário da República n.º 137/2014, Série II, 18585-18585. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Portaria n.º 679/2014. (2014b, 14 de agosto). *Participação portuguesa na Missão das Nações Unidas no Mali*. Diário da República, Série II, 156, 21101-21102. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Presidência do Conselho de Ministros. (2005, 22 de dezembro). *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Diário da República n.º 244/2005, Série I-B, 7180. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. [Online]. Retirado de https://dre.pt/dre/detalhe/diario-republica/244-2005-124180

Presidência do Conselho de Ministros. (2013, 5 de abril). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Diário da República n.º 67, Série I, 1981-1995. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. [Online]. Retirado de https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/19-2013-259967

Presidência do Conselho de Ministros. (2014, 7 de março). *Conceito Estratégico de Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Diário da República n.º 47/2014, Série I, 1764-1780. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

Radio France Internationale [RFI]. (2023, 17 de setembro). *Mali, Burkina Faso e Níger criam a Aliança dos Estados do Sahel* (AES). [Online]. Retirado de https://www.rfi.fr/pt/áfrica/20230917-mali-burkina-faso-e-níger-criam-a-aliança-dos-estados-do-sahel-aes

Reis, L. (2018). O papel da defesa no futuro da Europa. Da Estratégia Global da União Europeia à Cooperação Estruturada Permanente. *Relações Internacionais 60,* 39-55. [Online]. Retirado de https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7517529

Reuters. (2022, 15 de maio). *Mali's military junta pulls out of regional G5 Sahel force*. [Página online]. Retirado de https://www.reuters.com/world/africa/malis-military-junta-pulls-out-regional-g5-sahel-force-2022-05-15/

Rouppert, B. (2011). The European strategy for the Sahel. [Página online]. Retirado de http://www.culturaldiplomacy.org/academy/content/pdf/participant-papers/2012-01-eaac/The_European_strategy_for_the_Sahel-_Berangere_Rouppert.pdf

Saint-Pierre, H. L. (2011). "Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias. *Contexto Internacional, 33*(2), 407-433. [Online]. Retirado de https://www.scielo.br/j/cint/a/7hYQwTNRzvcqfr9dqMd3PKJ/?lang=pt

Sandnes, M. (2021). *The G5 Sahel Joint Force: Operationalisation and Dependency on External Actors*, PRIO Policy Brief, 5. [Online]. Retirado de https://www.prio.org/publications/12761

Santos, A. M. (2019). *Uma segurança interna cada vez mais europeia? Uma segurança externa cada vez mais nacional?* Galileu, 7-25.

Santos, J. T., Aquino, C. F., Cesar, F. E., Pantano, M. J., & Santos, R. F. (2018, junho). *O Conflituoso Cinturão do Sahel*. *Série Conflitos Internacionais,* V. 5, n. 3. Observatório de Conflitos Internacionais. [Online]. Retirado de https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-5-n.-3-jun.-2018---o-conflituoso-cinturao-do-sahel.pdf

Santos, L. A., & Lima, J. M. ((Coordenadores), 2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* - 2.ª edição, revista e atualizada. (L. A. Santos, & J. M. Lima, Edits.) Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Saraiva, L. E. (2019). *A UE como ator securitário em África: o nexo entre a abordagem multilateral e as capacidades*. O multilateralismo: conceitos e práticas no século XXI. 161-188) Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [Online]. Retirado de https://doi.org/10.14195/978-989-26-1750-3_8

Silva, A. S. (2019, 3 de janeiro). *O posicionamento geopolítico e a política externa de Portugal*. [Online]. Retirado de https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABACzsDA3AwDXjh5hBAAAAA%3D%3D

Silva, J. G. (2021, 23 de abril). *A PESC e a PCSD*. [Online]. Retirado de https://eurodefense.pt/a-pesc-e-a-pcsd/

Silva, J. G., & Vieira, J. M. (2022, 11 de fevereiro). *Mali: o novo santuário terrorista*. *Observatório do Mundo Islâmico*. [Online]. Retirado de https://observatoriodomundoislamico.pt/mali-o-novo-santuario-terrorista/

Sousa, F. d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Stern, J. (2022, 15 de maio). *German government extends combat mission in Mali and Sahel*. [Online]. Retirado de https://www.wsws.org/en/articles/2022/05/16/cdyd-m16.html

Strategic Survey. (2022). Sub-Saharan Africa. *Startegic Survey, 122*(1) 319-358. https://doi.org/10.1080/04597230.2022.2145095

Strydom, H. (2019, 24 de abril). Mali and the Sahel: Making Peace in Another Rough Neighbourhood. *Neth Int Law Rev 66*, 75-99. [Online]. Retirado de https://link.springer.com/article/10.1007/s40802-019-00134-6

Tebas, J. A. (2017, 19 de julho). G5 Sahel: La Fuerza [antiterrorista] Conjunta (FC-G5S). *Boletin Instituto Español de Estudios Estratégicos, 37*, 1-17. [Online]. Retirado de https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2017/DIEEEA37-2017_Sahel_G5_FuerzaConjunta_JAMT.pdf

Teixeira, N. S. (2010). *Breve ensaio sobre a política externa portuguesa*. [Online]. Retirado de https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

The International Institute for Strategic Studies. (2022). *The MIlitary Balance*. The annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: Routledge Journals.

Thompson, J., Doxsee, C., & Bermudez, J. S. (2022, 2 de fevereiro). *Tracking the Arrival of Russia's Wagner Group in Mali*. Center for Strategic & International Studies. [Online]. Retirado de https://www.csis.org/analysis/tracking-arrival-russias-wagner-group-mali

Thurston, A. (2013, 22 de fevereiro). Mali: The Disintegration of a "Model African Democracy". STABILITY: *International Journal of Security and Development, 1*(2). [Online]. Retirado de https://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.aq/

Tocci, N. (2017). Framing the EU Global Strategy. A stronger Europe in a Fragile World. Birmingham: Palgrave macmillan.

Tomé, L. (2010). Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais. *JANUS.NET Vol.1*. [Online]. Retirado de https://observare.autonoma.pt/janus-net/edicaojanus/vol-1-outono-2010/

Tull, D. M. (2020, 11 de fevereiro). *The European Union Training Mission and the struggle for a new model Army in Mali*. [Online]. Retirado de https://www.irsem.fr/data/files/irsem/documents/document/file/3233/RP_IRSEM_89.pdf

Union Africaine. (2018). *Mission de l'Union Africaine pour le Mali et le Sahel*. [Online]. Retirado de http://www.au-misahel.org/historique-de-la-misahel/

United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali [MINUSMA]. (2022). *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali*. [Online]. Retirado de https://minusma.unmissions.org/en

Vela, J. M. (2019). *União Africana*. [Online]. Retirado de https://www.infoescola.com/geografia/uniao-africana/

Venturi, B. (dezembro de 2017). *The EU and the Sahel: A Laboratory of Experimentation for the Security–Migration–Development Nexus*. [Online]. Retirado de https://www.iai.it/sites/default/files/iaiwp1738.pdf

Vieira, B. (2014). *A União Europeia como Ator na Segurança Internacional*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Vieira, M. F., Ribeiro, I. M., & Seabra, P. (2021, abril). *O Mecanismo Europeu de Apoio à Paz no Reforço da União Europeia como Ator Secundário*. Nação e Defesa, N.º 158, 115-141. [Online]. Retirado de https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD158/NeDef158_6_MelissaFonsecaVieira_InesMarquesRibeiro_PedroSeabra.pdf

Walt, S. (1991). *The renaissance of security studies*. Oxford University Press, 383-402.
Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st Century: the little book on big strategy*. Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College.